MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

ESTADO DO ACRE
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 325/GABPRE

Rio Branco – AC, 23 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Manoel José Nogueira Lima
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco

Assunto: Prestação de Contas do exercício orçamentário e financeiro de 2020.

Senhor Presidente,

Em atendimento à Lei Orgânica do Município de Rio Branco, encaminho a essa r. Casa Legislativa, a Prestação de Contas deste Município relativa ao exercício orçamentário e financeiro de 2020, elaborada de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 38, de 27 de dezembro de 1993 e com a Resolução TCE nº 087, de 28 de novembro de 2013.

Informo, à oportunidade, que atendendo ao prazo estabelecido na Resolução TCE nº 087/2013, a referida Prestação de Contas já se encontra protocolizada no Tribunal de Contas do Estado do Acre, para obtenção do competente Parecer Prévio.

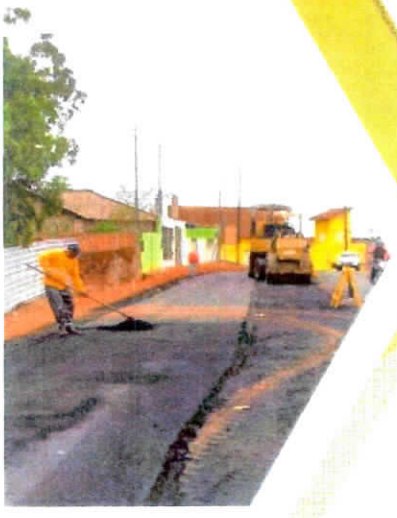
Atenciosamente.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Protocolo Geral
Data: 27/04/21
Hora: 10:55
Recebido:

PROTOCOLO GERAL
Processo / CMRB Nº 10.870
Em: 27.04.21







UBIQUE PATRIA MEMOR

MUNICÍPIO DE
RIO BRANCO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2020

@PrefRioBranco /PrefRioBranco @PrefeituraDeRioBranco

RIO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

GESTOR RESPONSÁVEL: KEZIA HONORATO DA SILVA MORAES

Declaro, para fins de direito e em atendimento à RESOLUÇÃO/TCE/AC nº 87/2013, que as informações constantes nos arquivos de remessas de dados da prestação de contas que apresento são verdadeiras e autênticas, sendo elas, portanto, fieis à verdade e condizentes com a realidade dos atos e fatos à época. Estou ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da Lei.

Li e concordo com os termos da declaração.

SEBASTIAO BOCALOM RODRIGUES
TITULAR
CPF: 17357152987
Data da Assinatura: 30/03/2021
Hashcode: 1583257374

RENATA PESSOA DA COSTA
RESPONSÁVEL CONTÁBIL
CPF: 43408036268
Data da Assinatura: 30/03/2021
Hashcode: 2054189521

ADA BARBOSA DERZE
CONTROLADOR INTERNO
CPF: 05151678272
Data da Assinatura: 30/03/2021
Hashcode: 311061192

PROTOCOLO: 0161713815627020205 12A

REMESSA ANUAL: 2020
DATA DE CONFIRMAÇÃO: 30/03/2021 às 16h:02

CRCAC
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ACRE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ACRE

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ACRE** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : TONISMAR JOSE DE OLIVEIRA
REGISTRO..... : AC-001640/O-1
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 233.236.392-00

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAC contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: ACRE, 21/01/2021 as 17:44:47.
Válido até: 31/03/2021.
Código de Controle: 7577.6618.7487.6379.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAC.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

Valide com o app SERPRO | Vio

A instituição **Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (AC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição: Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (AC)
Declaração: Balanço Anual (DCA)
Periodicidade: Anual
Período: Período único (anual)
Exercício: 2020

Assinatura(s):

- Nome: SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES
  Titular do Poder Executivo
  CPF: 173.571.529-87
  Data: 30/03/2021 14:11:17

- Nome: RENATA PESSOA DA COSTA
  Contador Responsável
  CPF: 434.080.362-68
  Data: 30/03/2021 14:08:05

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **30/03/2021, às 14:11:33** , é:

03.NJ.CM-0

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (AC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (AC)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal
Periodicidade:	Quadrimestral
Período:	3º quadrimestre
Exercício:	2020

Assinatura(s):

- Nome: SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES
  Titular do Poder Executivo
  CPF: 173.571.529-87
  Data: 28/01/2021 19:32:22

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **28/01/2021, às 19:32:29** , é:

03.K7.JB-0

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF

Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (AC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC (AC)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Periodicidade:	Bimestral
Período:	6º bimestre
Exercício:	2020

Assinatura(s):

- Nome: SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES
  Titular do Poder Executivo
  CPF: 173.571.529-87
  Data: 27/01/2021 19:16:14

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **27/01/2021, às 19:16:41** , é:

03.K0.Q9-V

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Declaração

Atesto que o Município de Rio Branco/AC cumpriu o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, comprovando o exercício da plena competência tributária no ano de 2020.

Rio Branco/AC, em 05/02/2021.

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by SEBASTIAO BOCALOM RODRIGUES:17357152987
Date: 2021.02.05 11:13:44 GMT-05:00
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Relatório, Parecer e Certificado de Auditoria sobre as Contas do Poder Executivo do Município de Rio Branco

Exercício 2020

Rio Branco
2021

Sumário

INTRODUÇÃO 5

1 PARECER SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO 8

CERTIFICADO DE AUDITORIA 11

2 ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS NO EXERCÍCIO DE 2019 13

Planejamento, Orçamento e Gestão Fiscal 13

2.1 Plano Plurianual – PPA 13

2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019 15

2.2.1 Priorização de Ações no Exercício de 2019 15

2.2.2 Cumprimento das Metas Fiscais 16

2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA) 19

2.3.1 Disponibilidades de recursos no exercício de 2019 19

Disponibilidade por Fonte de Recursos 21

2.3.2 Receitas 22

Previsão e arrecadação da receita 22

Desempenho da Arrecadação Municipal 23

2.3.3 Despesas 28

Fixação e Execução da Despesa – Poder Executivo 28

Despesas por Função de Governo 29

Ação Governamental Setorial 30

Saúde 31

Educação 33

FUNDEB 35

Assistência Social 37

Despesas por Órgão 37

Despesas com Pessoal 37

Gestão Fiscal 38

Restos a Pagar – execução em 2020 39

Restos a Pagar – inscrição em 2020 40

Audiências Públicas 41

PRONUNCIAMENTO EXPRESSO DA CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Lista de **Tabelas**

Tabela 1 – Eixos Estratégicos e Programas....14
Tabela 2 – Fixação e Execução dos Orçamentos – Exercícios 2018 a 2020....15
Tabela 3 – Ações Prioritárias – LDO 2020....16
Tabela 4 – Resultados Primário e Nominal – Acima da Linha, 2020....17
Tabela 5 – Apuração do Limite de Endividamento – 2019 e 2020....18
Tabela 6 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Créditos Adicionais LOA 2020....20
Tabela 7 – Recursos recebidos – ESPII (COVID-19)....21
Tabela 8 – Disponibilidade de Caixa Líquida por Fonte – 2020....22
Tabela 9 – Previsão Inicial e Realização de Receitas Orçamentárias – 2019 e 2020....22
Tabela 10 – Desempenho da Receita Corrente – 2018 a 2020....24
Tabela 11 – Cota Parte do FPM – 2018 a 2020....25
Tabela 12 – Receitas de Impostos e de Transferências Correntes – 2018 a 2020....25
Tabela 13 – Receita Corrente Líquida – 2019 e 2020....26
Tabela 14 – Arrecadação de Receitas de Capital, 2019 e 2020....27
Tabela 15 – Despesa Fixada e Executada – Poder Executivo....28
Tabela 16 – Despesa Total Liquidada por Categoria Econômica, 2019 e 2020....29
Tabela 17 – Despesas por Função – Exercícios de 2019 e 2020....30
Tabela 18 – Despesas com Ações e com Serviços de Saúde e Receita de Impostos, 2019 e 2020....32
Tabela 19 – Despesa com Ações de Saúde – ESPII – COVID-19....33
Tabela 20 – Ações Prioritárias Executadas em 2020....34
Tabela 21 – Receitas e Despesas relativas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino MDE 2019 e 2020....35
Tabela 22 – Resultado Líquido de Transferências – FUNDEB, 2018 a 2020....35
Tabela 23 – Total das Despesas do FUNDEB, 2020....36
Tabela 24 – Despesa com Ações de Educação – ESPII – COVID-19....36
Tabela 25 - Despesas com Ações em Assistência Social – ESPII - COVID-19....37
Tabela 26 – Pessoal e Encargos Sociais por elemento de despesa, 2018 a 2020....37
Tabela 27 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo, 2018 a 2020....38
Tabela 28 – Restos a pagar inscritos, 2019 e 2020....40

RELATÓRIO Nº 001/2021
EXERCÍCIO: 2021
PROCESSO: 001.005/2021
OBJETO: Prestação de Contas do exercício orçamentário e financeiro 2020.
Poder Executivo do Município de Rio Branco.

INTRODUÇÃO

O art. 45 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Acre, atribui ao dirigente do órgão de controle interno o dever de elaborar relatório e parecer sobre as contas anuais do Prefeito, as quais, posteriormente, serão julgadas pela Câmara Municipal.

Nesta oportunidade, a Controladoria-Geral do Município, na qualidade de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo com competência disciplinada na Lei nº 1.785, de 2009, apresenta o relatório sobre o desempenho da atividade governamental no exercício de 2020, parte integrante das contas que o Prefeito deve prestar anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, como etapa fundamental no cumprimento de suas obrigações de *accountability*.

As presentes contas compreendem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, relativas ao mandato da Excelentíssima Senhora Prefeita Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza, abrangendo as peças documentais especificadas no Anexo IV do Manual de Referência – 7ª edição, da Resolução TCE/AC nº 087, de 28 de novembro de 2013.

As informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais dos órgãos, fundos e entidades vinculados ao Poder Executivo, com periodicidade bimestral, foram devidamente apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, em arquivos eletrônicos mensais, abrangendo os atos e fatos registrados no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, nos termos estabelecidos no § 1º do art. 2º da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

Os balanços gerais e demais demonstrativos contábeis, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e os Relatórios de Gestão Fiscal do exercício, previstos nos artigos 52 e 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, foram produzidos automaticamente e divulgados no Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, a partir das informações encaminhadas bimestralmente, conforme estabelecido no inciso I do § 1º do art. 2º da Resolução TCE/AC nº 087/2013. Foram, ainda, publicados tempestivamente no Diário Eletrônico de Contas do Tribunal de Contas do Estado e divulgados no Portal da Transparência do Poder Executivo municipal.

Os documentos com periodicidade anual especificados nos anexos VI, VII, VIII e X do Manual de Referência – 7ª Edição, da Resolução TCE/AC nº 087/2013, das Autarquias, Fundação, Fundos Municipais e Empresa Pública, são de responsabilidade de seus titulares, a quem compete a elaboração e envio ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, na forma e nos prazos estabelecidos no § 2º do art. 2º, da referida Resolução.

Observando o disposto no inciso XV do Anexo IV do Manual de Referência – 7ª Edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013, a Controladoria Geral do Município emite parecer somente sobre as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo à Unidade de Controle Interno em cada unidade gestora, a emissão dos respectivos relatório, certificado e parecer sobre as Contas da Entidade ou Fundo municipal a que se vinculam, conforme estatuído nos Anexos VI, VII, VIII e X do referido Manual.

Este relatório está estruturado em três partes incluindo esta Introdução.

O primeiro capítulo apresenta o parecer e o certificado de auditoria, consubstanciados no desempenho da atuação governamental e elaborados de acordo com os padrões e boas práticas de fiscalização governamental.

O segundo capítulo contém a análise das receitas estimadas, das despesas fixadas e de suas realizações em 2020, destacando-se, entre outros aspectos, a priorização das ações no exercício, o cumprimento das metas fiscais, o desempenho da arrecadação municipal, a alocação de recursos nas funções de

governo, o cumprimento dos limites constitucionais e legais e a gestão de restos a pagar, evidenciados em um cenário adverso caracterizado pela Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (SARS-Cov-2), com impactos históricos, sociais e econômicos incomensuráveis.

1

Parecer e Certificado da Controladoria-Geral do Município

PARECER SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Contas do Poder Executivo

Em cumprimento ao art. 45, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38, de 27 de dezembro de 1993, a Controladoria-Geral do Município de Rio Branco apreciou as Contas de responsabilidade da Prefeita Maria do Socorro Neri de Medeiros de Souza relativas ao exercício de 2020, com o objetivo de emitir o respectivo parecer. Nos termos da Resolução nº 87/2013, as referidas contas são compostas de:

a) Balanço Geral do Município e demais demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, resultantes das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais encaminhadas ao Tribunal de Contas em arquivos mensais, por meio informatizado, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre;

b) documentos complementares especificados no Anexo IV, incisos I a XXII do Manual de Referência – 7ª Edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013, em periodicidade anual, contendo o detalhamento circunstanciado da aplicação dos recursos e do gerenciamento dos programas, projetos e atividades, encaminhados ao Tribunal de Contas até o dia 31 de março do ano subsequente ao exercício findo.

Competência do Prefeito

Nos termos do art. 71-A, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 259, de 29 de janeiro de 2013, compete ao Prefeito apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, até o dia 31 de março do ano subsequente ao exercício findo, contas anuais de governo e de gestão, que poderão ser apresentadas conjuntamente. Conforme art. 49 da Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais e dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Indireta.

A ordenação de despesa nos órgãos da Administração Direta, é realizada pelos Secretários Municipais e equiparados na forma da Lei Municipal nº 1.959/2013, por delegação de competência do Prefeito fundamentada no art. 58, § 1º da Lei Orgânica do Município.

Por seu turno, a competência para elaborar e consolidar o Balanço Geral do Município, é da Secretaria Municipal de Finanças de acordo com o art. 40-A, inciso X, da Lei Complementar Municipal nº 54/2018, com o auxílio dos serviços

setoriais de contabilidade nos órgãos, entidades e fundos na Administração Direta e Indireta.

A responsabilidade pelo estabelecimento da forma de apresentação dos relatórios e demonstrativos da execução dos programas, projetos e atividades, elaborados pelas unidades executoras, que compõem as prestações de contas dos órgãos, entidades e fundos municipais, é da Controladoria Geral do Município, conforme Decreto nº 1.660/2013.

As Contas de Governo do Prefeito representam a consolidação das contas da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta, inclusive Fundos Municipais e Empresa Pública Municipal Dependente.

Competência do Tribunal de Contas

Compete ao Tribunal de Contas a geração automática no Sistema de Prestação de Contas – SIPAC e a publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos nos artigos 52 e 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, bem como dos demonstrativos e balanços exigidos pelas Leis n.º 4.320/64 e 6.404/76, nos termos estabelecidos no art. 2º, § 1º, incisos I e II, da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

A consolidação das Contas dos Poderes para fins de análise e controle, é realizada pelo Sistema de Prestação de Contas do Tribunal, nos termos do § 5º do art. 1º da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

Competência da Controladoria-Geral do Município

Em consonância com as disposições do Anexo IV do Manual de Referência – 7ª Edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013, a Controladoria-Geral do Município emitirá parecer sobre as contas anuais do Poder Executivo, com a demonstração da ciência do Prefeito.

Competência das Unidades Setoriais de Controle Interno

Em consonância com as disposições dos Anexos VI, VII, VIII e X do Manual de Referência – 7ª Edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013, as Unidades Setoriais de Controle Interno emitirão parecer sobre as contas anuais das respectivas Entidades as quais estejam vinculadas e dos Fundos Municipais quando for o caso, com a demonstração da ciência do Gestor.

Responsável e Período de Exercício

A responsabilidade pelas Contas de 2020 está delimitada pelo exercício da titularidade do cargo de Prefeito, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, conforme Rol de Responsáveis, parte integrante da prestação de contas anual.

Parecer com abstenção de opinião por limitação na extensão

A Controladoria Geral do Município de Rio Branco abstém-se de emitir opinião sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2020, considerando que a extensão dos procedimentos aplicados no decorrer do exercício não possibilita comprovação suficiente para fundamentá-la, em consequência dos seguintes fatores limitadores da ação:

a) insuficiência de auditores em exercício na Controladoria-Geral do Município, conforme consignado no Relatório Anual de Atividades de Controle Interno – RAACI – 2020, disponível no inciso XXII do Anexo IV da PCA 2020, no Portal do Gestor do Tribunal de Contas do Estado do Acre;

b) inexecução parcial do plano anual de atividades de auditoria interna, determinada pela ocorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (SARS-Cov-2) – COVID 19, e suas limitações circunstanciais sobre as atividades laborais em todos os níveis.

Rio Branco(AC), 26 de março de 2021.

Ada Barbosa Derze
Auditora-Chefe
Decreto nº 270/2021

CERTIFICADO Nº 005
UNIDADE EXAMINADA: Poder Executivo
UNIDADE CONSOLIDADORA: Poder Executivo
EXERCÍCIO: 2021

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Devido à relevância da limitação da ação de auditoria no exercício de 2020 expressa no Parecer, a extensão do nosso trabalho não foi suficiente para nos possibilitar emitir, e por isso não emitimos, opinião sobre as Contas do Poder Executivo do exercício de 2020.

Rio Branco(AC), 26 de março de 2021.

Ada Barbosa Derze
Auditora-Chefe
Decreto nº 270/2021

2

Análise das Receitas e Despesas no Exercício de 2020

2 ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS NO EXERCÍCIO DE 2020

Planejamento, Orçamento e Gestão Fiscal

De acordo com a Emenda à Lei Orgânica nº 30/2016, o Município de Rio Branco instituiu o seu processo orçamentário para o exercício de 2020, por meio dos seguintes instrumentos:

a) Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017 (PPA 2018/2021), alterada pelas Leis Complementares nº 59, de 20 de dezembro de 2018 e nº 77 de 12 de dezembro de 2019;
b) Lei Complementar nº 69, de 22 de julho de 2019 (LDO/2020);
c) Lei Complementar nº 80, de 02 de janeiro de 2020 (LOA/2020) e Lei Complementar nº 98, de 11 de novembro de 2020, que autorizou o remanejamento de recursos do Orçamento.

2.1 Plano Plurianual – PPA

A lei que institui o plano plurianual deve definir as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as despesas relativas aos programas de duração continuada, objetivando de forma clara a redução das desigualdades sociais do Município, de acordo com o que prevê o § 1º do art. 77 da Lei Orgânica.

Os dispêndios estimados inicialmente para a vigência do PPA 2018-2021, totalizaram R$3,2 bilhões, compreendendo 19 programas finalísticos às Políticas Públicas e 1 de apoio e manutenção administrativa, que por sua vez englobam 187 ações finalísticas e 20 ações de apoio.

Atualmente, com a edição da Lei Complementar nº 77/2019, a estimativa foi atualizada para R$3,9 bilhões, ou seja, superior em cerca de 20,7% em relação à revisão ocorrida em 2018, com um aporte significativo às ações de urbanismo e obras, conservação e limpeza urbana, políticas para o servidor e manutenção da administração.

Noutra quadra, a redução da estimativa dos programas de educação, cultura e inclusão social foi da ordem de 22,5%, sendo compensada, em parte, pela variação positiva no programa de saúde, da ordem de 18%.

Destaca-se, que as revisões ocorridas na vigência do Plano tiveram como objetivos:

a) possibilitar a atualização do Plano diante da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
b) adequações a mudanças ocorridas no processo de execução e identificadas no acompanhamento físico e financeiro e de sua avaliação;
c) permitir a melhoria contínua do processo de elaboração, implementação e avaliação dos programas e ações;
d) contribuir para a transparência e adequação dos objetivos de governo às demandas da sociedade; e
e) realizar as alterações de caráter técnico, constatadas como necessárias.

A tabela a seguir retrata a estimativa inicial e a atualizada do PPA 2018-2021, com agregação dos Programas segundo os Eixos Estratégicos.

Composição do PPA 2018-2021

Tabela 1 - Eixos Estratégicos e Programas

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMA	PROGRAMADO			
		LCM Nº 29/2017	LCM Nº 59/2018	LC Nº 077/2019	Variação %
INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE URBANA E SUSTENTABILIDADE	0101 - Mobilidade Urbana	265.687.367,00	17.832.193,00	50.042.037,00	(81,17)
	0102 - Gestão Urbana e Regularização Fundiária	1.840.236,00	1.840.237,00	3.185.239,00	73,09
	0103 - Prevenção e Controle de Desastres	124.230,00	134.925,00	186.997,00	50,52
	0104 - Conservação e Limpeza Urbana	164.543.934,00	98.175.936,00	249.601.584,00	51,69
	0105 - Saneamento, Gestão e Controle Ambiental	22.401.345,00	5.640.006,00	24.159.479,00	7,85
	0106 - Urbanização de Bairros e Obras Públicas	130.774.749,00	145.184.750,00	247.032.006,00	88,90
CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0201 - Crianças na Escola	621.700.925,00	578.893.534,00	461.031.464,00	(25,84)
	0202 - Esporte e Lazer	15.229.770,00	15.229.770,00	14.110.713,00	(7,35)
	0203 - Mais Saúde	461.610.396,00	461.610.396,00	543.621.545,00	17,77
	0204 - Cultura e Arte	12.987.394,00	12.257.400,00	10.478.619,00	(19,32)
	0205 - Inclusão Social	47.973.633,00	38.750.839,00	57.417.459,00	19,69
RIO BRANCO PLENA DE DIREITOS E OPORTUNIDADES	0301 - Promoção de Políticas para Mulheres	592.940,00			(100,00)
	0302 - Promoção da Igualdade Racial	738.135,00			(100,00)
	0303 - Promoção de Direitos da Juventude	5.239.334,00			(100,00)
	0304 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	4.295.496,00	4.108.500,00	6.713.936,00	56,30
RIO BRANCO EMPREENDEDORA	0401 - Produção com Desenv. Econ. Urbano e Rural	56.989.940,00	37.825.989,00	14.894.597,00	(73,86)
	0402 - Economia Solidária, Trabalho e Renda	3.476.720,00	3.451.720,00	2.270.568,00	(34,69)
	0403 - Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo	744.603,00	19.603,00	446.392,00	(40,05)
GESTÃO TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA	0501 - Transparência e Controle	45.058,00	45.058,00	236.760,00	425,46
	0502 - Gestão Pública	15.221.339,00	1.607.007,00	8.801.875,00	(42,17)
	0503 - Políticas para o Servidor	1.516.531,00	1.051.199,00	12.313.486,00	711,95
	0504 - Diálogo e Participação Social	2.464.658,00	2.497.551,00	5.453.971,00	121,29
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	0601 - Manutenção da Administração Governamental	1.376.072.859,00	1.376.072.859,00	2.165.825.186,00	57,39
	Total	3.212.271.592,00	2.802.229.472,00	3.877.823.913,00	20,72

Fonte: PPA 2018-2021 e suas alterações.

A execução dos Programas no período de 2018 a 2020 foi de 67,7% da estimativa atualizada do Plano, pelo critério de empenho de despesas, com um

desempenho médio de 85% dos créditos alocados na lei orçamentária de cada exercício, conforme se verifica na tabela a seguir.

Dispêndios Globais Previstos no PPA 2018-2021

Tabela 2 - Fixação e Execução dos Orçamentos – Exercícios 2018 a 2020

PPA	ATUALIZADO	CRÉDITO LOA	EMPENHADO	REALIZADO (%)
2018		842.386.640,86	752.625.040,40	19,41
2019	3.877.823.913,00	1.017.823.682,30	877.914.525,75	22,64
2020		1.225.929.728,10	993.647.853,38	25,62
Total	3.877.823.913,00	3.086.140.051,26	2.624.187.419,53	67,67

Fontes: Sistema WebPúblico, PPA 2018-2021 e Demonstrativo por Programa

2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2020

As diretrizes, metas e prioridades, e riscos fiscais, fundamentais para a elaboração dos orçamentos do exercício de 2020, foram estabelecidos pela Lei Complementar nº 69, de 22 de julho de 2019 (LDO/2020), nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

2.2.1 Priorização de Ações no Exercício de 2020

As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal foram devidamente fixadas no Anexo I - Metas e Prioridades (art. 3º), da LDO 2020, no total de 145.

Em um cenário atípico em que o mundo experimentou o agravamento da pandemia de SARS-Cov-2 (COVID 19) e de suas consequências, 68 ações foram realizadas no exercício, o que representa *performance* aproximada de 47% do total planejado.

Prevalentemente, as ações do programa inclusão social apresentou o maior grau de execução das ações planejadas, em que o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social foi substancialmente enfatizado na situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Em contrapartida, a execução das ações do programa educacional representaram somente 4,4% do total das ações prioritárias, desempenho este

onerado pela paralisação das atividades escolares durante o ano letivo, decorrente das medidas sanitárias decretadas.

Ações Prioritárias – LDO 2020

Tabela 3 - Execução Física

PROGRAMA	AÇÕES PRIORITÁRIAS 2020		% EXECUÇÃO
	PREVISTAS	REALIZADAS	
0101 - Mobilidade Urbana	7	3	42,86
0102 - Gestão Urbana e Regularização Fundiária	3	-	0,00
0103 - Prevenção e Controle de Desastres	7	4	57,14
0104 - Conservação e Limpeza Urbana	6	4	66,67
0105 - Saneamento, Gestão e Controle Ambiental	12	7	58,33
0106 - Urbanização de Bairros e Obras Públicas	12	4	33,33
0201 - Criança na Escola	10	3	30,00
0202 - Esporte e Lazer	4	-	0,00
0203 - Mais Saúde	10	5	50,00
0204 - Cultura e Arte	7	5	71,43
0205 - Inclusão Social	23	10	43,48
0304 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	7	2	28,57
0401 - Produção com Desenvolvimento Econômico Urbano e Rural	5	5	100,00
0402 - Economia Solidária, Trabalho e Renda	3	2	66,67
0403 - Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo Sustentável	6	4	66,67
0502 - Gestão Pública	16	6	37,50
0503 - Políticas para o Servidor	5	2	40,00
0504 - Diálogo e Participação Social	2	2	100,00
0601 - Manutenção da Administração Governamental	1	1	100,00
Total	146	69	47,26

Fonte: LDO-2020

2.2.2 Cumprimento das Metas Fiscais

A gestão fiscal tem por finalidade garantir a estabilidade e a criação de condições para o desenvolvimento sustentado da economia, por meio da redução gradual da dívida pública.

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece no § 1º do art. 4º, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Metas Fiscais, onde serão estabelecidas metas de resultado primário e nominal e montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois subsequentes.

O controle do endividamento público se dá por mecanismos orçamentários, sendo acompanhado no Relatório Resumido da Execução

Orçamentária (LRF, art. 53, Inciso III), em cada bimestre, publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O Anexo de Riscos Fiscais da LDO estabeleceu para o exercício de 2020, meta de resultado primário no montante de R$15,5 milhões, de resultado nominal R$21,9 milhões e da dívida consolidada líquida no montante de R$125,7 milhões.

Os resultados primário e nominal são mensurados por meio da metodologia "acima da linha", em atendimento ao disposto no §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, que apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário acima da linha, a discriminação da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o resultado nominal acima da linha, e a discriminação da meta de resultado nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme esta metodologia.

Em 2020, o Município apurou superávit primário da ordem de R$274,3 milhões, cumprindo a meta projetada na LDO, de R$15,5 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Apurou, também, resultado nominal de R$298,9 milhões, para uma meta projetada de R$21,9 milhões.

Tabela 4 - Resultados Primário e Nominal – Acima da Linha, 2020 (R$mil)

Indicador		Valor
Receita Primária Total	a	1.128.285
Despesa Primária Total	b	823.511
Restos a Pagar Processados Pagos no Exercício	c	2.419
Restos a Pagar Não Processados Pagos no Exercício	d	28.092
Resultado Primário - Acima da Linha	e = a-(b+c+d)	274.263
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais - LDO 2020	f	15.511
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos	g	37.960
Juros, Encargos Passivos e Variações Monetárias Passivos	h	13.365
Resultado Nominal - Acima da Linha	i = e+(g-h)	298.858
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais - LDO 2020	I	21.872

Fontes: Sistema WebPúblico, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e LDO 2020

A dívida consolidada líquida foi reduzida em cerca de 88% em relação ao exercício de 2019, fortemente influenciada pelas disponibilidades de caixa da ordem de R$223,2 milhões ao final do exercício.

O ingresso de recursos oriundo de operação de crédito interna foi de R$26,0 milhões, mantendo-se no mesmo patamar do exercício de 2019, de R$25,4 milhões.

O comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de obrigações reduziu de 2,76% em 2019 para 1,73% em 2020, representando a capacidade de solvência fiscal do serviço da dívida do Município.

Tabela 5 - Apuração do Limite de Endividamento – 2019 e 2020 (R$mil)

Indicador	Exercício		Variação %
	2019	2020	
Dívida Consolidada sujeita ao Limite (I)	240.908	232.185	(3,62)
Deduções (II)	165.479	223.250	34,91
Dívida Consolidada Liquida (III=I-II)	75.429	8.935	(88,15)
Receita Corrente Liquida (IV)	881.708	927.921	5,24
DCL/RCL - Verificação do cumprimento do Limite (V = (III/IV)*100)	8,55	0,96	(88,74)
Limite Senado Federal = RCL x 1,2	1.058.050	1.110.889	4,99
Limite de Alerta TCE = 90%	952.245	999.800	4,99
Juros e Encargos da Dívida (VI)	12.461	6.450	(48,24)
Amortização da Dívida (VII)	11.899	9.604	(19,29)
Solvência Fiscal VIII = (VI+VII)/IV)*100	2,76	1,73	

O estoque da Dívida Consolidada Líquida do Município representou 0,96% da receita corrente líquida, mantendo-se, portanto, dentro do limite de 120% da Receita Corrente Líquida, fixado na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, conforme demonstrado na tabela acima.

Metas Bimestrais de Arrecadação

Nos termos do art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas bimestrais de arrecadação das receitas administradas pelo Tesouro Municipal, projetadas para o exercício, foram desdobradas no anexo II do Decreto nº 053, de 27 de janeiro de 2020, portanto, dentro do limite de prazo fixado no referido artigo. O desempenho da arrecadação está demonstrado no próximo item.

2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Constituição Federal determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, compreendendo o orçamento fiscal, referente aos poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento de investimento das empresas em que o Ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

A elaboração da LOA deve orientar-se pelas disposições estabelecidas na LDO aprovada para o exercício, e conformar-se com os objetivos e metas constantes do PPA vigente no período.

2.3.1 Disponibilidades de recursos no exercício de 2020

O Orçamento do Município referente ao exercício de 2020 teve seus valores consignados na Lei Complementar nº 80, de 2 de janeiro de 2020, com estimativa de receitas da ordem de R$1.030,2 milhões e as despesas fixadas em igual montante, contemplando os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Do montante da despesa fixada, R$741,0 milhões foram destinados ao Orçamento Fiscal, abrangendo a Administração direta e indireta e R$289,2 milhões, ao orçamento da Seguridade Social.

As dotações destinadas à Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, no total de R$69,9 milhões, foram alocadas no Orçamento Fiscal, uma vez que a entidade se enquadra no inciso III, do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, em consequência do recebimento de Subvenções Econômicas do Tesouro, no exercício anterior.

Alterações dos orçamentos

Para obtenção do montante de recursos necessários à execução orçamentária, foram abertos créditos adicionais no valor líquido de R$195,8

milhões, que elevaram a dotação ao R$1.225,9 milhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 6 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Créditos Adicionais LOA 2020

(R$)

Especificação		Valor
Dotação Inicial	I	1.030.152.281,00
Créditos Adicionais	II = III+IV+V	439.721.569,09
Suplementares	III	315.303.504,52
Extraordinários	IV	26.593.462,25
Especiais	V	97.824.602,32
Anulação de Créditos	VI	243.944.121,94
Alterações Orçamentárias	VII=II-VI	195.777.447,15
Dotação Atualizada	VIII=I+VII	1.225.929.728,15
Exclusões. Apuração do limite - § 1º, art. 6º da LM nº 80/2020	IX	295.344.119,24
Alterações Orçamentárias sujeitas ao Limite	X=II-IX	144.377.449,85
Limite - art. 6º, III da LM nº 42/2017	XI	20,00%
Alterações Orçamentárias no exercício	XII=X/I*100	14,02

Fontes: LOA 2020, Decretos de Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual autorizou o Poder Executivo a abrir créditos abrir créditos adicionais durante a execução orçamentária, até o limite da Reserva de Contingência e para atender despesas financiadas por operações de crédito, nos termos do art. 6º da referida Lei.

As movimentações orçamentárias suplementares e a realocação de elementos de despesas, foram limitadas em até 20% da despesa fixada na LOA, com as exclusões estabelecidas no § 1º do art. 6º, da LOA. De acordo com esse regramento, as alterações orçamentárias líquidas corresponderam a 14,02% da despesa fixada na LOA, respeitando, portanto, o limite fixado pelo Poder Legislativo.

Ingressos de Recursos para atendimento à ESPII (COVID-19)

Os créditos orçamentários extraordinários abertos no exercício, destinados às ações de prevenção da transmissibilidade da COVID-19 e à mitigação de seus impactos no âmbito do Município, totalizaram R$20,3 milhões, contemplando as áreas de saúde, assistência social e arte e cultura, conforme

autorização contida nas Leis Complementares nº 88 e nº 93, de 2020, e composição a seguir:

Tabela 7 - Recursos recebidos – ESPII (COVID-19) (R$)

Origem	Destinação	Valor
SUS- União	Fundo Municipal de Saúde	8.320.167,00
Auxílio Financeiro da União	Fundo Municipal de Saúde	3.488.861,40
FNAS	Fundo Municipal de Assitência Social	2.642.091,72
Auxílio Financeiro da União	Fundo Municipal de Assitência Social	2.325.907,06
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	Fundo Municipal de Assitência Social	220.000,00
Transferências Vinculadas da União-LF nº 14.017/2020	Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil	3.254.550,21
Outras	Tesouro	50.228,05
Total		20.301.805,44

Fonte: Decretos Municipais. DOE, 2020

Disponibilidade por Fonte de Recursos

O parágrafo único do art. 8º da LRF dispõe que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica devem ser utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Dessa forma, os valores arrecadados e classificados nas fontes orçamentárias devem permanecer contabilizados nestas nos exercícios subsequentes ao de sua arrecadação.

A Disponibilidade de Caixa Bruta indica o montante dos recursos arrecadados e temporariamente não aplicados, antes da inscrição em restos a pagar.

O saldo ao final do exercício de 2020 foi de R$790,6 milhões, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, composto de R$649,2 milhões de recursos vinculados, dos quais R$572,1 milhões do Regime Próprio de Previdência Social e R$141,4 milhões de recursos não vinculados.

O comprometimento da disponibilidade de caixa bruta, representado por obrigações financeiras de curto prazo do exercício, foi de R$1,6 milhões. A disponibilidade de caixa líquida de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluídos os recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, apurada para fins de inscrição de despesas em restos a pagar não processados, foi de R$788,0 milhões.

A disponibilidade de caixa líquida após a inscrição de restos a pagar não processados, no exercício, foi de R$745,0 milhões, dos quais R$631,5 milhões de recursos vinculados e R$113,5 milhões não vinculados, cuja composição encontra-se demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 8 - Disponibilidade de Caixa Líquida por Fonte – 2020 (R$)

Recurso	2020
Transferências do FUNDEB	3.155.795,44
Outros Recursos Destinados à Educação	4.491.290,11
Outros Recursos Destinados à Saúde	34.904.691,02
Recursos Destinados à Assistência Social	1.385.588,77
RPPS	571.779.671,61
Outros Recursos Vinculados	15.825.922,86
Total de Recursos Vinculados	631.542.959,81
Recursos Ordinários	110.142.782,39
Outros Recursos não Vinculados	3.292.950,39
Total de Recursos não Vinculados	113.435.732,78
Total de Recursos	744.978.692,59

Fonte: Sistema WebPúblico

2.3.2 Receitas

Previsão e arrecadação da receita

Critério do Orçamento

A receita líquida orçamentária (receita bruta menos deduções) inicial do exercício, foi estimada em R$1.030,2 milhões, compreendendo todas as fontes de recursos.

No decorrer do exercício, a previsão da arrecadação municipal foi elevada a R$1.128,1 milhões alcançando o montante realizado de R$1.111,4 milhões, representando em termos nominais, acréscimo de 7,9% em relação à expectativa da arrecadação. O desempenho da receita foi impactado pela frustração de transferências de convênios da União da ordem de 44% em relação à e estimativa, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 - Previsão Inicial e Realização de Receitas Orçamentárias – 2019 e 2020
(R$mil)

Especificação	2019			2020		
	Previsão (a)	Execução (b)	(b/a)	Previsão (a)	Execução (b)	(b/a)
Receitas Correntes	875.289	1.014.266	15,88	952.096	1.051.120	10,40
Receitas de Capital	7.752	29.348	278,59	79.798	44.605	(44,10)
Receita Corrente Intra-Orçamentária	34.913	95.921	174,74	100.223	112.167	11,92
Deduções da Receita	88.902	100.730	13,30	101.965	96.480	(5,38)
Total	829.052	1.038.805	25,30	1.030.152	1.111.412	7,89

Fontes: LOA e Sistema WebPúblico

Desempenho da Arrecadação Municipal

Comportamento da Arrecadação das Receitas Correntes

A arrecadação de receitas correntes teve desempenho nominal positivo de 5,5% e real de 0,9%, em relação ao exercício anterior. O resultado foi influenciado, sobretudo, pelo incremento de R$74,5 milhões em transferências correntes líquidas, beneficiado pelo aporte de R$84,9 milhões em recursos próprios, originados da prestação de apoio financeiro pela União aos entes subnacionais, pela perda de arrecadação dos Fundos de Participação em face da pandemia SARS-Cov-2, aprovado pela Medida Provisória 938/2020 publicada em 2 de abril e convertida na Lei Federal nº 14.042, de 18 de agosto de 2020.

A arrecadação própria apresentou perda média real de 9,8%, puxada pela queda na arrecadação do ISSQN que manteve a tendência iniciada no exercício anterior.

Destacam-se as medidas econômicas adotadas pelo Município para mitigação dos efeitos da pandemia de SARS-Cov-2, as quais, aliadas às demais circunstâncias, podem ter contribuindo para a *performance* da arrecadação própria, quais sejam:

- ✓ prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias para pagamento do IPTU, referente ao exercício de 2020, com desconto de 20% em cota única (30.06.20) e 10% em cinco parcelas (de 30.06 a 30.10.20), autorizada pelo Decreto Municipal nº 248 de 06 de abril de 2020;
- ✓ isenção de Taxa para renovação de Certificado de Permissão, Autorização ou Credenciamento aos taxistas, auxiliares de táxi, mototaxistas, auxiliares de mototáxi, motofreteiros e freteiros de cargas, autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 86 de 15 de abril de 2020;
- ✓ prorrogação até dia 31 de dezembro de 2020, do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de taxistas, auxiliares de táxi, mototaxistas, auxiliares de mototáxi, motofreteiros e freteiros de cargas, autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 86 de 15 de abril de 2020;

- ✓ isenção do Pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) de quem paga até R$ 131,80, autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 86 de 15 de abril de 2020;
- ✓ isenção da Taxa de coleta e remoção de resíduos sólidos e entulho, autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 86 de 15 de abril de 2020;
- ✓ isenção da Taxa de concessão dos mercados municipais, centro de compras municipais e estabelecimentos que tiveram as atividades paralisadas em razão do decreto do isolamento social, autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 86 de 15 de abril de 2020;
- ✓ isenção temporária e emergencial da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP aos contribuintes enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, inscritos no Cadastro Único do Governo Federal, autorizada pela Lei Complementar nº 87 e 24 de abril de 2020.

Tabela 10 - Desempenho da Receita Corrente – 2018 a 2020 (R$mil)

RECEITA	2018		2019		2020		Variação	
							Nominal	IPCA
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	152.128	18,08	150.727	16,65	154.689	16,20	2,63	(1,81)
Impostos	148.063	17,60	146.007	16,13	153.472	16,08	5,11	0,57
IPTU	26.546	3,16	32.844	3,63	34.139	3,58	3,94	(0,55)
Imposto sobre a Renda	23.718	2,82	26.680	2,95	28.801	3,02	7,95	3,28
ITBI	6.075	0,72	5.245	0,58	11.817	1,24	125,30	115,56
ISS	91.724	10,90	81.238	8,98	78.715	8,25	(3,11)	(7,29)
Taxas	4.065	0,48	4.720	0,52	1.217	0,13	(74,22)	(75,33)
Receita de Contribuições	37.127	4,41	40.005	4,42	43.597	4,57	8,98	4,27
Contribuições Sociais	22.050	2,62	22.976	2,54	26.631	2,79	15,91	10,90
Contribuição para Custeio da Ilum. Pública	15.077	1,79	17.029	1,88	16.966	1,78	(0,37)	(4,68)
Receita Patrimonial	38.537	4,58	66.468	7,34	39.184	4,10	(41,05)	(43,60)
Exploração do Patrimônio Imobiliário	1.319	0,16	1.409	0,16	686	0,07	(51,31)	(53,42)
Receitas de Valores Mobiliários	35.128	4,18	63.109	6,97	38.111	3,99	(39,61)	(42,22)
Delegação de Serv. Públicos	2.090	0,25	1.950	0,22	387	0,04	(80,15)	(81,01)
Receita Industrial	27.819	3,31	5.981	0,66	2.000	0,21	(66,56)	(68,01)
Receita de Serviços	9.893	1,18	11.750	1,30	10.683	1,12	(9,08)	(13,01)
Transferências Correntes (Liq.)	572.335	68,04	627.577	69,34	702.045	73,54	11,87	7,03
Outras Receitas Correntes	3.395	0,40	2.564	0,28	2.442	0,26	(4,76)	(8,87)
Total das Receitas Correntes	841.234	100,00	905.072	100,00	954.640	100,00	5,48	0,92

Fonte: Sistema WebPúblico

O Fundo de Participação dos Municípios – FPM arrecadou R$301,4 milhões, com perda nominal aproximado a 4%, acentuando a tendência de queda iniciada no exercício anterior.

Tabela 11 - Cota Parte do FPM – 2018 a 2020
(R$ mil)

Ano	Valor (R$ mil)	EVOLUÇÃO (%)	
		Nominal	IPCA
2018	315.522	20,72	16,37
2019	313.886	(0,52)	-4,62
2020	301.485	(3,95)	-8,10

Fontes: Balancete da Receita, Dez 2017 a 2019; IPCA-IBGE

A tabela a seguir apresenta a *performance* da arrecadação própria comparativamente à transferências correntes.

Tabela 12 - Receitas de Impostos e de Transferências Correntes – 2018 a 2020
(R$ mil)

Receitas	Exercício			Variação		
	2018	2019	2020	% Total	% Nominal	% IPCA
IPTU	26.546	32.844	34.139	22,24	3,94	(0,55)
ISS	91.724	81.238	78.715	51,29	(3,11)	(7,29)
ITBI	6.076	5.245	11.817	7,70	125,30	115,56
IRRF	23.718	26.680	28.801	18,77	7,95	3,28
Impostos (I)	**148.064**	**146.007**	**153.472**	**100,00**	**5,11**	**0,57**
Evolução (%)	31,88	(1,39)	5,11			
FPM	315.522	313.886	301.485	37,76	(3,95)	(8,10)
ITR	125	118	117	0,12	(0,85)	(5,13)
Compensação Financeira (FEP e Rec. Minerais)	4.938	4.952	4.980	0,62	0,57	(0,38)
SUS	42.566	34.545	56.840	7,12	64,54	57,43
FNAS	5.587	5.430	6.872	0,86	26,56	21,09
PNAE	2.840	2.880	3.057	0,38	6,15	1,56
PDDE	6	4	-	-	...	...
PNATE	175	170	192	0,02	12,94	8,06
Salário Educação	804	2.362	1.484	0,19	(37,17)	(39,89)
Outras Transferências do FNDE	2.684	1.923	471	0,06	(75,51)	(76,57)
Transferências de Emendas Parlamentares Individuais		10.643	2.180	0,27	(79,52)	(80,40)
ICMS	161.357	164.194	154.604	19,36	(5,84)	(9,91)
IPVA	24.054	25.365	26.101	3,27	2,90	(1,55)
IPI-EXP	48	86	92	0,01	6,98	2,35
CIDE	727	460	392	0,05	(14,78)	(18,47)
SUS - Estadual	-	710	237	0,03	(66,62)	(68,06)
FUNDEB	93.571	102.508	105.055	13,16	2,48	(1,94)
ICMS-Desoneração LC nº 87/1996	198	-	-	-	...	...
Transferências de Convênios do Estado	12.017	14.034	10.738	1,34	(23,49)	(26,79)
Outras Transferências do Estado		-	2.111	0,26	...	...
Outras Transferências da União	282	43.604	121.194	15,18	177,94	165,93
Transferências do Exterior		433	323	0,04	(25,40)	(28,63)
Transferências Correntes (II)	**667.501**	**728.307**	**798.525**	**100,00**	**9,64**	**4,90**
Dedução da Receita para formação do FUNDEB (III)	**95.167**	**100.730**	**96.480**	**12,08**	**(4,22)**	**(8,36)**
Transferências Correntes - Líquidas (IV)	**572.334**	**627.577**	**702.045**	**87,92**	**11,87**	**7,03**
Evolução (%)	18,41	9,65	11,87			
Receita Total (V)	949.837	1.038.804	1.111.412			
Autononomia Financeira (VI = (I/V)*100	15,59	14,06	13,81			

Fonte: Sistema WebPúblico

A autonomia financeira do Município, representada pela relação arrecadação própria/receita total foi de 13,8% para uma participação média de 14,4% nos três últimos exercícios.

Gestão Fiscal

A Constituição Federal de 1988 estabelece no § 3º do art. 165, que o acompanhamento da execução da lei orçamentária anual dos entes, poderes e instituições públicas, far-se-á em periodicidade bimestral, por meio da publicação de relatórios resumidos. Nos termos do art. 52 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, o relatório resumido da execução orçamentária será composto do balanço orçamentário e do demonstrativo da execução das receitas e das despesas e de seus componentes.

Dispõe, ainda, a LRF, que acompanharão o relatório resumido bimestral, os demonstrativos relativos à apuração da receita corrente líquida, à receitas e despesas previdenciárias, aos resultados nominal e primário e a restos a pagar.

A receita corrente líquida é utilizada como base para o cálculo dos limites legais de despesas com pessoal, conforme art. 19 da LRF, e para contratação de operações de crédito e da dívida pública, conforme art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Em termos reais, o desempenho da receita corrente líquida anual foi de 0,69% contra 3,1% verificado em 2019.

Tabela 13 - Receita Corrente Líquida – 2019 e 2020

(R$ mil)

RECEITA	2019		2020		Desempenho	
					Nominal	IPCA
	Valor	% Total	Valor	% Total	2019/2020	
RECEITAS CORRENTES	1.005.802	100,00	1.051.120	100,00	4,51	(0,01)
Receita Tributária	150.728	14,99	154.690	14,72	2,63	(1,81)
Contribuições	40.005	3,98	43.597	4,15	8,98	4,27
Receita Patrimonial	66.468	6,61	39.184	3,73	(41,05)	(43,60)
Receita Industrial	5.981	0,59	2.000	0,19	(66,56)	(68,01)
Receita de Serviços	11.750	1,17	10.683	1,02	(9,08)	(13,01)
Transferências Correntes	728.306	72,41	798.525	75,97	9,64	4,90
Outras Receitas Correntes	2.564	0,25	2.441	0,23	(4,80)	(8,91)
DEDUÇÕES	124.094	12,34	123.199	11,72	(0,72)	(5,01)
Receita Corrente Líquida	881.708	87,66	927.921	88,28	5,24	0,69
Taxa de Crescimento Anual	7,55		5,24			

Fonte: Sistema WebPúblico

Receitas de Capital

Em 2020, a arrecadação de receitas de capital totalizou R$44,6 milhões, com crescimento nominal de 18% em relação ao exercício anterior.

O volume arrecadado com a contratação de operações de crédito internas, manteve-se no mesmo patamar de 2019 evoluindo nominalmente em 2%.

Tabela 14 - Arrecadação de Receitas de Capital, 2019 e 2020

(R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2019		2020		% Ano Anterior	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Nominal	IPCA
Operações de Crédito Internas	25.424	67,24	25.960	58,20	2,11	(2,31)
Operações de Crédito - ARO	-		-			...
Alienação de Bens	399		-	-	...	...
Transferências de Capital	11.988	31,71	18.646	41,80	55,54	48,82
Total das Receitas de Capital (I)	37.811	98,94	44.606	100,00	17,97	12,87
Receita Corrente Líquida (II)	881.708		927.921		5,24	(7,17)
OPC-Internas/RCL (%) (III)	2,88		2,80			
Investimentos (IV)	75.773		91.548		20,82	13,45
Operações de Crédito Internas e Transferências de Capital (V	37.412		44.606		19,23	14,08
Investimento com Recursos Próprios (VI = ((IV-V)/IV)*100	50,63		51,28			

Fonte: Sistema WebPúblico

A participação relativa entre a Receita de Operações de Crédito e as Despesas de Capital de R$99,6 milhões, foi de 26,0%, tendo o Município observado o disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Não foram realizadas operações de crédito a título de antecipação de receita, nem ocorreram saldos referentes a tais operações não-liquidadas em exercícios anteriores, estando o Poder Executivo em conformidade com as diretrizes fixadas no art. 38 da LRF.

Não foram concedidas garantias e/ou recebidas contragarantias no exercício de 2020.

Do total de R$91,5 milhões empenhados no ano, 51,2% foram com recursos não exigíveis, o que representa um bom grau de independência de fontes de financiamento provenientes de terceiros e, consequentemente, menor impacto fiscal, visto que as operações de crédito ocorreram de modo mais sustentável.

2.3.3 Despesas

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social permitem a visualização da despesa orçamentária sob diversas classificações, cujos desdobramentos evidenciam várias informações, tais como, a área governamental em que a despesa será realizada, os programas implementados, os órgãos responsáveis pela programação e o efeito econômico da realização da despesa.

As despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em 2020, foram aprovadas pela Lei Complementar Municipal nº 80, de 2 de janeiro de 2020 – LOA/2020, no montante de R$1.030,2 milhões. Foram concedidos créditos adicionais especiais no total R$97,8 milhões, R$26,6 milhões em créditos extraordinários e R$315,3 milhões em créditos suplementares, totalizando a dotação atualizada em R$1.225,9 milhões, considerando as anulações de R$243,9 milhões.

As despesas empenhadas no exercício totalizaram R$1.067,6 milhões, nelas computadas as provenientes do superávit do exercício anterior, da ordem de R$74,0 milhões.

Fixação e Execução da Despesa – Poder Executivo

O orçamento geral inicial do Poder Executivo foi fixado em R$997,9 milhões, alcançando ao final do exercício o montante de R$1.193,7 milhões, após as atualizações.

Tabela 15 - Despesa Fixada e Executada – Poder Executivo (R$mil)

Despesa	2020			% (B/A)
	Fixação LOA (A)	ATUALIZADA (B)	EMPENHADA (C)	
Despesas Correntes	838.124	984.026	862.039	87,60
Despesas de Capital	111.562	162.743	101.254	62,22
Reserva de Contingência	48.264	46.958	-	...
Total das Despesas	997.950	1.193.727	963.293	80,70

Fonte: LCM nº 80/2020. Créditos Adicionais.

A despesa empenhada totalizou R$963,3 milhões representando 80,7% da dotação atualizada.

A despesa liquidada totalizou R$920,2 milhões, ou seja, 96% da despesa empenhada.

O grupo pessoal e encargos sociais teve incremento de R$16,7 milhões contra os incrementos de R$22,9 milhões em 2019 e de R$46,1 milhões em 2018. Em 2020, o crescimento nominal da despesa com a folha de pagamento foi de 3,6% e redução em termos reais de 0,9%. A participação do grupo na composição da despesa total, manteve-se estável em relação aos dois exercícios imediatamente anteriores.

Tabela 16 - Despesa Total Liquidada por Categoria Econômica, 2019 e 2020

(R$ mil)

Categoria Econômica	2019		2020		% Nominal	% IPCA
	Valor	% Tot	Valor	% Tot		
Despesas Correntes (I)	789.785	89,96	838.403	91,11	6,16	1,19
Pessoal e Encargos Sociais (II)	428.201	48,77	444.945	48,35	3,91	(0,95)
Juros e Encargos da Dívida (III)	12.460	1,42	6.450	0,70	(48,23)	(50,66)
Outras Despesas Correntes (IV)	349.124	39,77	387.008	42,05	10,85	5,66
Despesas de Capital (V)	88.129	10,04	81.840	8,89	(7,14)	(11,48)
Investimentos (VI)	75.923	8,65	72.133	7,84	(4,99)	(9,44)
Inversões Financeiras (VII)	307	0,03	102	0,01	(66,78)	(68,33)
Amortização da Dívida (VIII)	11.899	1,36	9.605	1,04	(19,28)	(23,06)
Total das Despesas (X)	877.914	100,00	920.243	100,00	4,82	(0,09)
Rigidez da Despesa (XI =((I+VIII)/X)*100)	91,32		92,15			

Fonte: Balanço Geral do Município, 2019, 2020.

A relação percentual entre as despesas de custeio (pessoal, encargos financeiros, amortizações da dívida e outras despesas correntes) e a despesa total (corrente e capital), manteve a tendência crescente no nível de rigidez da despesa municipal, evoluindo de 90,9% em 2018 para 91,3% em 2019 e 92,2% em 2020. Com esse indicador, procura-se avaliar a flexibilidade fiscal, aspecto necessário para lidar com situações de contração fiscal, bem como, a capacidade do Município de formar uma poupança própria destinada a investimentos.

Despesas por Função de Governo

As despesas realizadas por função de governo, no exercício de 2020, estão dispostas na tabela abaixo, agregadas em áreas de atuação.

Tabela 17 - Despesas por Função – Exercícios de 2019 e 2020 (R$mil)

ÁREA DE AGREGAÇÃO	FUNÇÃO	2019			2020				%	Desempenho-2020 (%)	
		LOA	ATUALIZADA	EMPENHADA	LOA	ATUALIZADA	EMPENHADA	% REALIZ/LOA	Total	Nominal	IPCA
PREVIDENCIÁRIA	Previdência Social	50.575	61.759	41.084	53.299	65.083	45.317	(30,37)	4,56	10,30	5,54
SOCIAL	Saúde	135.766	154.677	143.339	147.362	183.815	158.114	(13,98)	15,91	10,31	5,54
	Educação	175.675	197.287	195.260	203.217	214.778	184.384	(14,15)	18,56	(5,57)	(9,65)
	Assistência Social	20.622	27.353	23.590	24.208	30.674	22.908	(25,32)	2,31	(2,89)	(7,09)
	Trabalho	124	1.903	1.638	3.559	2.744	2.099	(23,51)	0,21	28,14	22,61
	Gestão Ambiental	31.181	30.056	29.849	14.134	15.537	14.589	(6,10)	1,47	(51,12)	(53,24)
	Direitos da Cidadania	3.524	443	167	1.500	1.219	795	(34,78)	0,08	376,05	355,47
	Cultura	4.178	5.449	4.898	4.831	8.484	6.884	(18,86)	0,69	40,55	34,47
	Desporto e Lazer	6.305	3.119	256	5.044	4.278	61	(98,57)	0,01	(76,17)	(77,20)
Total da Área		377.375	420.287	398.997	403.855	461.529	389.834	(15,53)	39,23	(2,30)	(6,52)
ADMINISTRAÇÃO E PODERES	Administração	101.963	105.168	104.594	104.153	113.499	94.427	(16,80)	9,50	(9,72)	(13,62)
	Segurança Pública	3.467	2.838	2.837	2.889	3.463	3.305	(4,56)	0,33	16,50	11,46
	Legislativa	27.683	28.883	28.045	32.202	32.202	30.353	(5,74)	3,05	8,23	3,55
	Reserva de Contingên	1.245	-	-	1.262	556	-		-	-	-
	Ciência e Tecnologia	-	3.950	507	2.821	2.261	181	(91,99)	0,02	(64,30)	(65,84)
	Essencial à Justiça	18.001	37.644	34.133	26.776	26.690	18.823	(29,48)	1,89	(44,85)	(47,24)
Total da Área		152.359	178.483	170.116	170.103	178.671	147.089	(17,68)	14,80	(13,54)	(17,27)
ECONÔMICA	Agricultura	11.728	9.357	8.433	11.278	12.673	9.809	(22,60)	0,99	16,32	11,29
	Comércio e Serviços	-	-	-	20	4.240	3.983	(6,06)	0,40	...	...
	Encargos Especiais	27.817	20.396	20.396	44.428	21.458	20.603	(3,98)	2,07	1,01	(3,35)
Total da Área		39.545	29.753	28.829	55.726	38.371	34.395	(10,36)	3,46	19,31	14,15
INFRAESTRUTURA	Transporte	18.801	20.925	18.816	27.707	31.973	16.785	(47,50)	1,69	(10,79)	(14,65)
	Urbanismo	152.122	296.400	234.104	251.476	382.441	342.769	(10,37)	34,50	46,42	40,09
	Saneamento	13.301	14.457	13.991	20.171	20.552	17.146	(16,57)	1,73	22,55	17,25
	Habitação	640	309	22	812	906	313	(65,45)	0,03	1.322,73	1.261,23
Total da Área		184.864	332.091	266.933	300.166	435.872	377.013	(13,50)	37,94	41,24	35,13
Total da Despesa		804.718	1.022.373	905.959	983.149	1.179.526	993.648	(15,76)	100,00	9,68	4,94

Fonte: Sistema WebPúblico

Ação Governamental Setorial

Área Social

Apesar de parte significativa das ações realizadas no exercício tenham-se concentrado nas atividades de assistência à saúde e social, em termos gerais a área apresentou variação negativa tantos em termos nominais quanto reais, em relação ao exercício anterior, impactado pelo decréscimo no nível de despesas em educação da ordem de 9% em termos reais. Destaca-se que no ano letivo de 2020 não foram realizadas aulas presenciais em decorrência das medidas sanitárias para enfrentamento da ESPII – COVID19.

Saúde

A Emenda Constitucional nº 29/2000 definiu que os Entes federativos deveriam cumprir limites mínimos em despesas com ações e serviços públicos de saúde, cujos percentuais seriam definidos em lei complementar.

Em relação aos municípios, a LFC nº 141, sancionada em 2012, estabelece em seu art. 7º o limite mínimo a ser aplicado anualmente em ações e serviços públicos de saúde, de 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a

que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

A vinculação constitucional da despesa, proporcionou o comprometimento dos entes públicos em efetuar gastos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde, evitando eventuais instabilidades na arrecadação de receitas.

Em outra parte, há também recursos destinados à cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, com origem em transferências intergovernamentais de recursos financeiros, regidos pela Lei Federal nº 8.142/1990 que, ao dispor sobre o Sistema Único de Saúde e sua gestão, estabelece as condicionantes à habilitação dos entes públicos na repartição dos recursos por ele geridos.

Dispõe a Lei Federal nº 8.142/1990, em seu art. 4º, inciso I, que para receberem os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão contar com fundo próprio de saúde.

Nesse sentido, o Município de Rio Branco tem cumprido com os principais requisitos da Lei nº 8.142/1990, mantendo em funcionamento regular o Fundo Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde, tendo, ainda, editado o Plano Municipal de Saúde 2018-2021.

A destinação de recursos na LOA 2020 para a área de saúde foi de R$147,4 milhões, compreendendo todas as fontes. Após as atualizações por créditos adicionais a dotação foi elevada a R$183,8 milhões, dos quais R$158,1 foram empenhados representando 86,0% da dotação atualizada.

Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vinculação Constitucional da Receita

A destinação de receitas provenientes da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal, para ações e serviços públicos de saúde em 2020, totalizou R$102,5 milhões, superior em cerca de R$7,0 milhões ao montante mínimo obrigatório, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 18 - Despesas com Ações e com Serviços de Saúde e Receita de Impostos, 2019 e 2020 (LFC Nº 141, de 13 de janeiro de 2012) (R$mil)

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	% Ano Anterior	
			Nominal	IPCA
DESPESAS CORRENTES	98.971	100.993	2,04	(2,37)
DESPESAS DE CAPITAL	3.629	1.532	(57,78)	(59,61)
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	102.600	102.525	(0,07)	(4,39)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	649.656	635.872	(2,12)	(6,35)
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (Exc. não computadas)	102.600	102.525	(0,07)	(4,39)
LIMITE - ADCT, ART. 77 - 15%	15,79	16,12		

Fonte: RREO, 2019 e 2020

Em termos absolutos, não houve variação significativa no nível de despesas com saúde em relação ao executado em 2019. No exercício, a participação relativa dessas despesas nas receitas de impostos e transferências constitucionais de 16,1%, foi favorecida pela redução de 6,3%, em termos reais, na arrecadação, resultando em 1,12 pontos percentuais acima do limite mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

Enfrentamento da Emergência COVID-19

As ações orçamentárias para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – COVID-19, foram instituídas pelas Leis Complementares nº 88 e 93, de 2020, compreendendo as Fontes de Recursos 101 – Recursos Próprios do Tesouro, 114 – SUS, 115 – SUS-ESTADO e 126 – Outras Transferências Obrigatórias da União. A destinação de recursos totalizou R$12,6, originados do SUS e de Transferências Obrigatórias da União. Não houve repasse do SUS Estadual e o aporte do Tesouro Municipal foi de, somente, R$23,0 mil.

A despesa empenhada foi de cerca de R$9,0 milhões, dos quais, 27% na aquisição de medicamentos para distribuição à população afetada, 22% com a contratação de profissionais em regime temporário, 18,4% em insumos de saúde e 15% na remuneração dos servidores do quadro próprio, custeada com recursos de transferências do SUS e do auxílio financeiro da União.

Tabela 19 - Despesa com Ações de Saúde – ESPII – COVID-19 (R$)

PROJETO/ATIVIDADE	DESCRICAO DO PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSO	EMPENHADO	% TOT
01.011.602.10.122.0203.1396.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.1.90.04.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	114 - SUS UNIÃO	1.979.216,24	22,06
01.011.602.10.122.0203.1396.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo	114 - SUS UNIÃO	1.650.353,94	18,40
01.011.602.10.122.0203.1396.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.32.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	114 - SUS UNIÃO	2.419.570,22	26,97
01.011.602.10.122.0203.1396.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	114 - SUS UNIÃO	22.872,00	0,25
01.011.602.10.122.0203.1396.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	114 - SUS UNIÃO	850.812,17	9,48
01.011.602.10.122.0203.1396.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	4.4.90.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	114 - SUS UNIÃO	5.985,00	0,07
01.011.602.10.301.0203.1399.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.1.90.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	126 - AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO	1.338.551,23	14,92
01.011.602.10.301.0203.1399.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo	126 - AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO	701.000,00	7,81
01.011.602.10.301.0203.1399.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	101 - RP	2.568,00	0,03
		TOTAL		8.970.928,80	100,00

Fonte: Sistema Informatizado de Gestão Pública.

Educação

A LOA 2020 destinou recursos para a função educação no montante de R$203,2 milhões.

Após as movimentações orçamentárias a dotação atualizada totalizou R$214,8 milhões, com incremento absoluto líquido de R$11,6 milhões.

As despesas incorridas no exercício, totalizaram R$184,4 milhões, apresentando queda em termos reais de aproximadamente 10% em relação ao realizado no exercício anterior, em que pese ser a segunda maior participação nas despesas totais do exercício, ficando atrás somente da função Urbanismo. Assim, cerca de 29 ações prioritárias deixaram de ser realizadas ou tiveram retração no grau de desempenho, em torno de R$30,4 milhões em dotações autorizadas.

Esse resultado retrata os efeitos da ESPII-COVID-19 sobre o desempenho da função educação, notadamente pela suspensão indeterminada das atividades letivas durante o exercício de 2020, como medida mitigadora do agravamento da situação instalada e de proteção às crianças, adolescentes, profissionais e trabalhadores que compõem público da rede municipal de ensino.

A tabela a seguir apresenta o resultado da execução das ações prioritárias com empenho de despesas no exercício, por fonte, e comparativamente à dotação atualizada.

Tabela 20 - Ações Prioritárias Executadas em 2020 (R$)

Ação Orçamentária	Fonte	Dotação Atualizada	2020		
			Empenhado	Liquidado	Pago
1042 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física do Ensino	101	1.399.001,00	170.389,31	-	-
1397 - Enfrentamento da Emergência COVID-19 - ENSINO	101	13.000,00	12.307,00	12.307,00	12.307,00
	116	755.819,88	412.558,73	412.558,73	412.558,73
	Total	768.819,88	424.865,73	424.865,73	424.865,73
1400 - Enfrentamento da Emergência COVID-19 - PRÉ-ESCOLA	101	26.000,00	25.408,00	25.408,00	25.408,00
	116	1.530.300,12	896.376,32	896.376,32	896.376,32
	Total	1.556.300,12	921.784,32	921.784,32	921.784,32
2026 - Contribuição Suplementar para RPPS - Lei Municipal nº 1.965	101	6.720.000,00	6.676.874,81	6.676.874,81	6.676.874,81
2127 - Manutenção do Ensino Fundamental	101	10.640.201,00	10.197.476,39	6.041.970,85	6.041.970,85
	116	423.742,00	104.811,24	104.811,24	104.811,24
	Total	11.063.943,00	10.302.287,63	6.146.782,09	6.146.782,09
2129 - Manutenção da Educação Infantil	101	4.938.261,00	4.865.028,47	4.083.147,27	4.083.147,27
2132 - Manutenção das Atividades do Departamento de Recursos	101	65.375.267,13	48.191.201,61	48.010.192,30	48.010.192,30
2136 - Manutenção do Salário Educação	116	1.418.136,34	617.826,50	614.164,00	614.164,00
2137 - Manutenção e Desenvolvimento das Creches - Magistério	104	12.427.001,00	12.069.844,09	12.069.844,09	12.069.844,09
2138 - Manutenção e Desenvolvimento da Pré -Escola - Magistério	104	28.311.988,00	27.031.035,78	27.031.035,78	27.031.035,78
2139 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	104	37.405.977,82	36.468.206,79	36.468.206,79	36.468.206,79
2140 - Manutenção e Desenvolvimento das Creches - Apoio	104	8.188.001,00	7.398.347,06	7.398.347,06	7.398.347,06
2141 - Manutenção e Desenvolvimento da Pré -Escola - Apoio	104	10.923.001,00	10.632.467,98	10.632.467,98	10.632.467,98
2142 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Apoio	104	9.642.001,00	8.688.129,00	8.688.129,00	8.688.129,00
2239 - Manutenção e Desenvolvimento das Creches	101	3.594.517,68	2.920.584,69	1.978.180,84	1.978.180,84
	116	1.540.001,00	673.737,83	404.762,48	404.762,48
	Total	5.134.518,68	3.594.322,52	2.382.943,32	2.382.943,32
2240 - Manutenção da Educação Infantil em Alimentação e Nutrição	101	27.576,10	27.576,10	27.576,10	27.576,10
	116	410.817,25	273.301,24	273.301,24	273.301,24
	Total	438.393,35	300.877,34	300.877,34	300.877,34
2243 - Manutenção do Ensino Fundamental em Alimentaçao e Nutrição	101	2.224,50	2.224,50	2.224,50	2.224,50
	116	1.168.438,21	553.070,43	553.070,43	553.070,43
	Total	1.170.662,71	555.294,93	555.294,93	555.294,93
2244 - Manutenção do Ensino Fundamental em Transporte Escolar	101	40.000,00	39.473,33	39.473,33	39.473,33
	116	250.001,00	13.478,40	13.478,40	13.478,40
	Total	290.001,00	52.951,73	52.951,73	52.951,73
2245 - Manutenção da Educação Infantil - Creche Conveniada	101	2.647.182,71	2.410.288,53	2.410.288,53	2.410.288,53
2246 Manutenção da Educação Infantil - Pré - Escolar - Conveniada	101	2.143.546,38	2.064.351,60	2.064.351,60	2.064.351,60
2251 - Manutenção da Educação Infantil em Alimentação e Nutrição	101	70.662,31	31.192,23	31.192,23	31.192,23
	116	79.137,02	79.137,02	79.137,02	79.137,02
	Total	149.799,33	110.329,25	110.329,25	110.329,25
2350 - Manutenção das Atividades Educativas - PFNE Pré-Escoal	101	513.050,00	342.510,00	342.510,00	342.510,00
2354 - Manutenção das Atividades Educativas - PFNE em Creche	101	449.200,00	201.140,00	201.140,00	201.140,00
2357 - Manutenção das Atividades Educativas - PFNE em Ensino	101	371.250,00	293.670,00	293.670,00	293.670,00
TOTAL		213.445.302,45	184.384.024,98	177.880.197,92	177.880.197,92

Fonte: SisWP

Conforme previsto no art. 212 da Constituição Federal, a *União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*

A seguir, evidencia-se o cumprimento, pelo Município, do disposto no art. 212 da Constituição Federal, haja vista a aplicação de 25,81% das receitas de impostos em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Tabela 21 - Receitas e Despesas relativas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino MDE 2019 e 2020 (R$mil)

Especificação	Executado		%	
	2019	2020	Nominal	IPCA
Receita de Impostos (A)	676.849	663.035	(2,04)	(6,63)
Despesa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B)	179.341	171.149	(4,57)	(9,04)
Participação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino na Receita resultante de Impostos (C=B/A*100) (%)	26,50	25,81		
Limite mínimo de 25% em MDE (D)	169.212	165.759	(2,04)	(6,63)
Incremento de Receitas de Impostos na MDE (E=B-D)	10.129	5.390	(46,78)	(49,28)
Aporte excedente de recursos na MDE (%) (F=E/A*100)(%)	1,50	0,81		

Fonte: RREO, 2019 e 2020

FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007, com vigência no período 2007-2020. De natureza especial e contábil e de âmbito estadual, o FUNDEB é formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. O recurso arrecadado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica, compreendendo a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, em todas as modalidades.

No exercício de 2020, o Município destinou recursos para a formação do FUNDEB, no total de R$96,5 milhões contra R$100,7 milhões no exercício anterior. Os ingressos totalizaram R$105,1 milhões, mantendo a trajetória de discreto crescimento iniciada em 2018. O resultado líquido das transferências de recursos totalizou R$8,6 milhões, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 22 - Resultado Líquido de Transferências – FUNDEB, 2018 a 2020
(R$ mil)

FUNDEB	2018	2019	2020
Transferências Recebidas	93.571	102.630	105.080
Transferências Destinadas	95.167	100.730	96.480
Resultado Líquido das Transferências	(1.596)	1.900	8.600

Fonte: RREO, 2020.

As despesas executadas totalizaram R$102,0 milhões, compreendendo a remuneração dos profissionais do magistério da ordem de R$75,6 milhões, ou 71,6%, e 25,4% em outras despesas, em conformidade, portanto, com o disposto no art. 22, da Lei Federal nº 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB.

Tabela 23 - Total das Despesas do FUNDEB, 2020 (R$mil)

Despesa	Executada	% na Receita do FUNDEB
Pagamento dos Profissionais do Magistério	75.569	71,63
Com Educação Infantil	39.101	
Com Ensino Fundamental	36.468	
(Despesas custeadas com superávit do exercício anterior)	296	
Outras Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	26.719	25,43
Com Educação Infantil	18.031	
Com Ensino Fundamental	8.688	
Total das Despesas do FUNDEB	101.992	97,06
Receitas Recebidas do FUNDEB	105.080	

Fonte: SisWP, 2020.

Enfrentamento da Emergência COVID-19

As ações orçamentárias para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – COVID-19, foram instituídas pela Lei Complementar nº 88, de 2020, compreendendo as Fontes de Recursos 101 – Recursos Próprios do Tesouro e 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Os recursos em medidas mitigadoras da emergência, totalizaram R$1,3 milhões, conforme discriminação na tabela abaixo, e foram aplicados na aquisição de alimentos que compõem a merenda escolar distribuídos em forma de "kit", aos alunos da Rede Pública Municipal de Educação de Rio Branco, conforme critérios estabelecidos no Decreto nº 257, de 16 de abril de 2020.

Tabela 24 - Despesa com Ações de Educação – ESPII – COVID-19 (R$)

PROJETO/ATIVIDADE	DESCRICAO	ELEMENTO DESPESA	FR	EMPENHADO
01.013.003.12.361.0201.1397.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19 - ENSINO FUNDA	3.3.90.32.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	101 - RP	12.307,00
01.013.003.12.361.0201.1397.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19 - ENSINO FUNDA	3.3.90.32.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	116 - FNDE	412.558,73
01.013.003.12.365.0201.1400.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19 – PRÉ - ESCOLA	3.3.90.32.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	101 - RP	25.408,00
01.013.003.12.365.0201.1400.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19 – PRÉ - ESCOLA	3.3.90.32.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	116 - FNDE	896.376,32
		TOTAL		1.346.650,05

Fonte: SisWP.

Assistência Social

Enfrentamento da Emergência COVID-19

A ação orçamentária para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – COVID-19, foi instituída pela Lei Complementar nº 88, de 2020, compreendendo as Fontes de Recursos 101 – Recursos Próprios do Tesouro, 117 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, 126 – Auxílio Financeiro da União e 127 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social.

Os recursos em medidas mitigadoras da emergência totalizaram R$3,3 milhões, conforme discriminação a seguir.

Tabela 25 - Despesas com Ações em Assistência Social – ESPII - COVID-19 (R$)

PROJETO/ATIVIDADE	DESCRICAO	ELEMENTO DESPESA	FONTE DE RECURSO	EMPENHADO
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.1.90.04.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	117 - TRANSFÊRENCIA FNAS	106.603,54
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.1.90.04.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	126 - AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO	55.186,67
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo	117 - TRANSFÊRENCIA FNAS	165.879,72
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.32.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	117 - TRANSFÊRENCIA FNAS	77.220,00
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.33.00.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	117 - TRANSFÊRENCIA FNAS	20.656,94
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.33.00.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	126 - AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO	10.000,00
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	117 - TRANSFÊRENCIA FNAS	405.646,16
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	126 - AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO	2.260.720,39
01.020.605.08.244.0205.1398.0000	Enfrentamento da Emergência COVID-19	3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	127 - OUT. REC. VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SO(	182.324,12
			TOTAL	3.284.237,54

Fonte: SisWP.

Despesas com Pessoal

A despesa liquidada no exercício com pessoal e encargos, do Poder Executivo Municipal, tiveram crescimento nominal de 3,9% e redução em termos reais de 0,9%.

Tabela 26 - Pessoal e Encargos Sociais por elemento de despesa, 2018 a 2020
(R$ mil)

Elemento de Despesa	2018		2019		2020		% Nominal	% IPCA
	Valor	% Tot	Valor	% Tot	Valor	%		
Aposentadorias e Reformas	29.244	7,21	35.356	8,26	38.852	8,73	9,89	4,74
Pensões	3.152	0,78	3.648	0,85	3.961	0,89	8,58	3,50
Contrat.por Tempo Determinado	19.657	4,85	21.104	4,93	5.605	1,26	(73,44)	(74,68)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	285.390	70,41	290.968	67,95	309.892	69,65	6,50	1,52
Obrigações Patronais	56.248	13,88	63.538	14,84	68.190	15,33	7,32	2,30
Sentenças Judiciais	1.090	0,27	2.619	0,61	10.088	2,27	285,19	267,15
Despesas de Exercícios Anteriores	6.203	1,53	369	0,09	122	0,03	(66,94)	(68,49)
Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.662	0,90	10.141	2,37	7.252	1,63	(28,49)	(31,84)
Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	684	0,17	458	0,11	983	0,22	114,63	104,58
Total	405.330	100,00	428.201	100,00	444.945	100,00	3,91	(0,95)

Fonte: SisWP

Gestão Fiscal

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL previstos no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, pelo qual o dos municípios é de 60%, distribuídos em 54% ao Poder Executivo e 6% ao Poder Legislativo, nos termos do art. 20 da mesma Lei.

Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal (limite prudencial), que equivale a 95% do limite máximo legal do Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF, ficando o ente sujeito a restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal, caso o limite prudencial seja ultrapassado

O limite de alerta equivale a 90% do limite máximo legal do Poder ou órgão referido no art. 20 da LRF, cabendo ao Tribunal de Contas competente alertar o Poder ou órgão quando constatar que o entre ultrapassou esse limite.

No Poder Executivo do Município de Rio Branco, a despesa com pessoal no exercício de 2020 foi de 41,92% em relação à Receita Corrente Líquida, com uma queda real de 7,4% em relação ao apurado no exercício anterior, o que situa o Ente em conformidade com o limite de gastos fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme a seguir demonstrado.

Tabela 27 - Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo, 2018 a 2020 (R$mil)

Despesa com Pessoal	2018		2019		2020	
	Valor	% da RCL	Valor	% da RCL	Valor	% da RCL
Despesa Bruta com Pesoal (I)	399.148	48,69	446.139	51,22	445.289	48,10
Despesas não computadas (§ 1º, art. 19, LRF) (II)	39.049	4,76	46.786	5,37	57.196	6,18
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	360.099	43,92	399.353	45,85	388.093	41,92
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20, LRf) (IV)	442.709	54,00	522.639	60,00	499.900	54,00
Limite Prudencial (p.u., art. 22, LRF) (V)	420.573	51,30	496.507	57,00	474.905	51,30
Limite de Alerta TCE (inciso II, § 1º, art. 59, LRF) (VI)	398.438	48,60	470.375	54,00	449.910	48,60
Receita Corrente Líquida - Realizada - Ajustada (VII)	819.831		871.065		925.741	
Despesa total com Pessoal - % sobre a RCL (X) = (III/IX)		43,92		45,85		41,92
Solvência Fiscal (XI = (IV/VII*100)		48,69		51,22		48,10

Fontes: RGF, 3º Quadrimestre, 2018, 2019, 2020

O comprometimento da Receita Corrente Líquida com gasto com pessoal e com serviço da dívida avalia a solvência fiscal do Ente. Como estas despesas apresentam elevada rigidez, Municípios que usam um percentual

muito alto da sua RCL para pagá-las apresentam pouco espaço fiscal para lidar com cenários em que ocorre redução da arrecadação. Desta forma, estes Entes podem apresentar situação fiscal mais vulnerável e maior risco de insolvência.

Assim, a solvência fiscal do Município, medida pela relação entre a Despesa Bruta com Pessoal/Receita Corrente, ou seja, sem as deduções previstas no § 1º do art. 19, sendo, portanto, diferente do indicador que serve como referência ao limite estabelecido pela LRF pessoal, representou 48,10% da RCL em 2020, contra 51,22% em 2020. Esse desempenho foi favorecido tanto pela queda real de 4,9% na despesa bruta com pessoal quanto pelo crescimento real de 1,3% na Receita Corrente Líquida, no exercício.

Restos a Pagar – execução em 2020

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, as despesas legalmente empenhadas, mas não-pagas são inscritas em restos a pagar, que se dividem em processados e não-processados. No último caso, enquadram-se as despesas não-liquidadas, seja porque o credor ainda não cumpriu sua obrigação de dar ou fazer, seja porque a Administração ainda não verificou o cumprimento da obrigação por parte do terceiro. Os restos a pagar processados referem-se a despesas já liquidadas, ou seja, obrigação cumprida pelo fornecedor de bens ou serviços e já verificada pela Administração, mas ainda não-pagas.

No exercício de 2019, o Município procedeu à inscrição de Restos a Pagar no montante de R$37,0 milhões, sendo R$2,4 milhões classificados como Processados e R$34,6 milhões como Não Processados.

No decorrer do exercício de 2020, foram pagos R$2,4 milhões em Restos a Pagar Processados e liquidados e pagos R$29,7 milhões em Restos a Pagar Não Processados, totalizando R$32,1 milhões. A diferença, no valor de R$4,9 milhões refere-se aos cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados que não foram liquidados no exercício.

As justificativas para os cancelamentos de restos a pagar, constam de processos específicos encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado nas prestações de contas dos exercício de 2020, dos órgãos e entidades jurisdicionados, conforme disciplina o Manual de Referência – 7ª Edição, da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

Restos a Pagar – inscrição em 2020

A inscrição de despesas em Restos a Pagar relativos ao exercício de 2020, totalizou R$44,8 milhões, dos quais R$1,0 milhão classificado como Processados e R$43,8 milhões como Não Processados. Dentre os Restos a Pagar Não Processados, R$0,8 milhões são vinculados a recursos próprios do Poder Legislativo.

A distribuição do total de créditos inscritos no exercício, por vinculação, encontra-se demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 28 - Restos a pagar inscritos, 2019 e 2020 (R$mil)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						% Nominal Ano Anterior
	2019			2020			
	Processados	Não Processados	Total	Processados	Não Processados	Total	
FUNDEB	-	3.777	3.777	-	-	-	(100,00)
SUS	200	1.553	1.753	69	4.098	4.167	137,71
FNDE	38	-	38	-	273	273	618,42
RPPS	-	54	54	-	369	369	583,33
Assistência Social	14	335	349	-	262	262	(24,93)
Operações de Crédito	-	5.663	5.663	-	1.161	1.161	(79,50)
Outras destinações vinculadas	2	6.424	6.426	34	10.488	10.522	63,74
TOTAL - VINCULADOS	254	17.806	18.060	103	16.651	16.754	(7,23)
Recursos Próprios da Administração Direta	665	14.479	15.144	359	24.610	24.969	64,88
Recursos Próprios da Administração Indireta	1.504	2.309	3.813	497	1.790	2.287	(40,02)
TOTAL - NÃO VINCULADOS	2.169	16.788	18.957	856	26.400	27.256	43,78
TOTAL	2.423	34.594	37.017	959	43.051	44.010	18,89
Restos a Pagar Processados/Despesa Liquidada	0,28			0,09			

Fonte: Balanço Geral do Município

Comparativamente ao exercício anterior, o volume de créditos com exigibilidade real e potencial em 2020, teve um crescimento nominal de 18,9% e real de 13,3%, comparativamente ao exercício anterior.

Por definição, restos a pagar são despesas devidas e não pagas, as quais constam no orçamento do Ente. Quanto maior o valor deste indicador, maior será a transferência de despesas do exercício que se encerra para o seguinte. Em relação à despesa liquidada no exercício, o volume de restos a pagar processados inscritos no exercício representou 0,09%, contra 0,28% em 2019.

Audiências Públicas

No exercício de 2020, foram realizadas na Sede do Poder Legislativo as seguintes audiências públicas:

a) Discussão e análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre, de 2019, em 10/06/2020;
b) Prestação de Contas da Saúde Primária referente ao 3º Quadrimestre de 2019, em 17/06/2020;
c) Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 14/2020, sobre a instituição do "Aquiri Shopping", em 17/07/2020;
d) Apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 11/2020, sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, em 26/08/2020;
e) Discussão do Anteprojeto de Lei nº 1/2020 sobre a instituição do teletrabalho nos Poderes Executivo e Legislativo, em 02/10/2020;
f) Discussão e análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre, de 2020, em 02/12/2020;
g) Prestação de Contas da Saúde Primária referentes aos 1º e 2º Quadrimestres de 2020, em 09/12/2020.

As respectivas atas das audiências, encontram-se juntadas ao item XV dos Anexos da PCA de 2020, do Poder Executivo.

Município de Rio Branco - AC

08/04/2021 09:01:28
Referente ao Exercício de 2020
Anexo 1, da Lei 4320/64
R$ 1,00

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Esfera Orçamentária: Orçamento Geral

RECEITA	R$	R$	DESPESA	R$	R$
RECEITAS CORRENTES		1.066.806.943,42	DESPESAS CORRENTES		891.921.985,46
RECEITA TRIBUTARIA	154.689.542,46		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	467.828.709,99	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	97.723.460,01		JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	6.450.139,08	
RECEITA PATRIMONIAL	39.183.782,90		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	417.643.136,39	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00				
RECEITA INDUSTRIAL	60.040.743,07				
RECEITA DE SERVIÇOS	10.683.407,10				
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	702.045.362,51				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.440.645,37				
DÉFICIT CORRENTE		0,00	SUPERÁVIT CORRENTE		174.884.957,96
TOTAL		1.066.806.943,42	TOTAL		1.066.806.943,42
SUPERÁVIT CORRENTE		174.884.957,96	DÉFICIT CORRENTE		0,00
RECEITA DE CAPITAL		44.605.470,17	DESPESAS DE CAPITAL		101.725.868,93
OPERAÇÕES DE CREDITO	25.959.758,28		INVESTIMENTOS	92.019.077,82	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		INVERSÕES FINANCEIRAS	102.360,76	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	0,00		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.604.430,35	
TRANFERÊNCIA DE CAPITAL	18.645.711,89				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00				
DÉFICIT		0,00	SUPERÁVIT		117.764.559,20
TOTAL		219.490.428,13	TOTAL		219.490.428,13

RESUMO

RECEITAS CORRENTES	1.066.806.943,42	DESPESA CORRENTE	891.921.985,46	
RECEITAS DE CAPITAL	44.605.470,17	DESPESAS DE CAPITAL	101.725.868,93	
TOTAL RECEITAS	1.111.412.413,59	TOTAL DESPESAS	993.647.854,39	
DÉFICIT	0,00	SUPERÁVIT		117.764.559,20
TOTAL	1.111.412.413,59	TOTAL		1.111.412.413,59

Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Código	Especificação	Desdobramento	Modalidade	Cat. Econômica
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			891.921.985,46
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			467.828.709,99
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		413.835.267,85	
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	38.851.741,04		
3.1.90.03.00.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	3.960.770,88		
3.1.90.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	5.604.917,55		
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	327.911.923,81		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	17.903.220,89		
3.1.90.91.00.00.00	Sentenças Judiciais	10.087.879,05		
3.1.90.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	117.240,18		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.232.343,46		
3.1.90.96.00.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.165.230,99		
3.1.91.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		53.993.442,14	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais	53.988.839,27		
3.1.91.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	4.602,87		
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			6.450.139,08
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		6.450.139,08	
3.2.90.21.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	5.278.668,14		
3.2.90.22.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	1.171.470,94		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			417.643.136,39
3.3.20.00.00.00.00	Transferências à União		685.632,61	
3.3.20.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	685.632,61		
3.3.30.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		1.239.269,13	
3.3.30.41.00.00.00	Contribuições	1.239.269,13		
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		7.624.514,31	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	6.607.107,39		
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais	1.017.406,92		
3.3.60.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos		879.797,30	
3.3.60.45.00.00.00	Subvenções Econômicas	879.797,30		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		344.613.054,07	
3.3.90.08.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	50.581,21		
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	106.619,76		
3.3.90.18.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	56.000,00		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	56.183.825,34		
3.3.90.31.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.516.581,24		
3.3.90.32.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.243.903,19		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	143.547,41		

Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Código	Especificação	Desdobramento	Modalidade	Cat. Econômica
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	13.289.543,94		
3.3.90.37.00.00.00	Locação de Mão-de-Obra	3.206.363,32		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	242.247.248,05		
3.3.90.41.00.00.00	Contribuições	94.396,31		
3.3.90.46.00.00.00	Auxílio-Alimentação	1.535.364,81		
3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	11.917.207,54		
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	1.786.082,15		
3.3.90.91.00.00.00	Sentenças Judiciais	450.531,69		
3.3.90.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	161.579,96		
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	623.678,15		
3.3.91.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		62.600.868,97	
3.3.91.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	62.600.868,97		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESA DE CAPITAL			101.725.868,93
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			92.019.077,82
4.4.20.00.00.00.00	Transferências à União		2.471.753,32	
4.4.20.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	2.471.753,32		
4.4.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		162.592,00	
4.4.50.41.00.00.00	Contribuições	162.592,00		
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		87.216.464,20	
4.4.90.30.00.00.00	Material de Consumo	215.133,83		
4.4.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	23.284.896,32		
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	23.837.099,85		
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	15.627.722,45		
4.4.90.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	3.112,68		
4.4.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	24.248.499,07		
4.4.91.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		2.168.268,30	
4.4.91.51.00.00.00	Obras e Instalações	2.168.268,30		
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			102.360,76
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		102.360,76	
4.5.90.61.00.00.00	Aquisição de Imóveis	102.360,76		
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			9.604.430,35
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		9.604.430,35	
4.6.90.71.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	9.604.430,35		
			Total	993.647.854,39

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.0.0.0.00.0.0.00	RECEITAS CORRENTES			1.051.120.120,80
1.1.0.0.00.0.0.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			154.689.542,46
1.1.1.0.00.0.0.00	IMPOSTOS		153.472.194,09	
1.1.1.3.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	28.801.447,52		
1.1.1.3.03.0.0.00	Impostos sobre a Renda - Retido na Fonte	28.801.447,52		
1.1.1.3.03.1.0.00	Impostos sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	28.801.447,52		
1.1.1.3.03.1.1.00	Impostos sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	28.801.394,13		
1.1.1.3.03.1.2.00	Impostos sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros de Mora	53,39		
1.1.1.8.00.0.0.00	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	124.670.746,57		
1.1.1.8.01.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	45.955.612,84		
1.1.1.8.01.1.0.00	Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	34.138.459,80		
1.1.1.8.01.1.1.00	Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	24.862.064,63		
1.1.1.8.01.1.2.00	Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	121.035,46		
1.1.1.8.01.1.3.00	Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	6.717.313,16		
1.1.1.8.01.1.4.00	Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros de	2.438.046,55		
1.1.1.8.01.4.0.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	11.817.153,04		
1.1.1.8.01.4.1.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	11.788.392,44		
1.1.1.8.01.4.2.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	9.179,21		
1.1.1.8.01.4.3.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	13.776,58		
1.1.1.8.01.4.4.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	5.804,81		
1.1.1.8.02.0.0.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadoria e Serviços	78.715.133,73		
1.1.1.8.02.3.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	78.715.133,73		
1.1.1.8.02.3.1.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	74.662.024,21		
1.1.1.8.02.3.2.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora	259.213,05		
1.1.1.8.02.3.3.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	2.561.454,89		
1.1.1.8.02.3.4.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	1.232.441,58		
1.1.2.0.00.0.0.00	TAXAS		1.217.348,37	
1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	669.574,59		
1.1.2.1.01.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	591.114,66		
1.1.2.1.01.2.0.00	Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária	14.633,62		
1.1.2.1.01.2.1.00	Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	5.057,60		
1.1.2.1.01.2.2.00	Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros de Mora	381,75		
1.1.2.1.01.2.3.00	Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	7.738,41		
1.1.2.1.01.2.4.00	Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	1.455,86		
1.1.2.1.01.3.0.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestação	297.459,91		
1.1.2.1.01.3.1.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestação	41.579,89		
1.1.2.1.01.3.2.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestação	4.613,76		
1.1.2.1.01.3.3.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestação	182.262,82		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.1.2.1.01.3.4.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestação	69.003,44		
1.1.2.1.01.4.0.00	Taxa de Publicidade Comercial	81.418,62		
1.1.2.1.01.4.1.00	Taxa de Publicidade Comercial - Principal	6.726,95		
1.1.2.1.01.4.2.00	Taxa de Publicidade Comercial - Multas e Juros de Mora	668,07		
1.1.2.1.01.4.3.00	Taxa de Publicidade Comercial - Dívida Ativa	55.205,40		
1.1.2.1.01.4.4.00	Taxa de Publicidade Comercial - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	18.818,20		
1.1.2.1.01.5.0.00	Taxa de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial	44.186,05		
1.1.2.1.01.5.1.00	Taxa de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial - Principal	3.853,52		
1.1.2.1.01.5.3.00	Taxa de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial - Dívida Ativa	31.151,74		
1.1.2.1.01.5.4.00	Taxa de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial - Dívida Ativa - Multas e	9.180,79		
1.1.2.1.01.6.0.00	Taxa de Licença de Construção, Arruamento e Loteamento	153.416,46		
1.1.2.1.01.6.1.00	Taxa de Licença de Construção, Arruamento e Loteamento - Principal	153.214,56		
1.1.2.1.01.6.2.00	Taxa de Licença de Construção, Arruamento e Loteamento - Multas e Juros de Mora	201,90		
1.1.2.1.04.0.0.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	38.152,21		
1.1.2.1.04.1.0.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	38.152,21		
1.1.2.1.04.1.1.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	38.122,04		
1.1.2.1.04.1.2.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros de Mora	30,17		
1.1.2.1.99.0.0.00	Outras Taxas pelo Poder de Polícia	40.307,72		
1.1.2.1.99.2.0.00	Taxa de Autorização de Transporte	40.307,72		
1.1.2.1.99.2.1.00	Taxa de Autorização de Transporte - Principal	39.242,58		
1.1.2.1.99.2.2.00	Taxa de Autorização de Transporte - Multas e Juros de Mora	1.065,14		
1.1.2.2.00.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	547.773,78		
1.1.2.2.01.0.0.00	Taxas pela Prestação de Serviços	547.773,78		
1.1.2.2.01.2.0.00	Taxas de Recadastramento	43.442,47		
1.1.2.2.01.2.1.00	Taxas de Recadastramento - Principal	43.188,51		
1.1.2.2.01.2.2.00	Taxas de Recadastramento - Multas e Juros de Mora	253,96		
1.1.2.2.01.3.0.00	Taxa de Autorização de Segunda Via de Documento	1.247,15		
1.1.2.2.01.3.1.00	Taxa de Autorização de Segunda Via de Documento - Principal	980,48		
1.1.2.2.01.3.2.00	Taxa de Autorização de Segunda Via de Documento - Multas e Juros de Mora	266,67		
1.1.2.2.01.4.0.00	Taxa de Embarque de Passageiros Rodoviários	290.730,00		
1.1.2.2.01.4.1.00	Taxa de Embarque de Passageiros Rodoviários - Principal	290.730,00		
1.1.2.2.01.5.0.00	Taxa de Cemitério	212.354,16		
1.1.2.2.01.5.1.00	Taxa de Cemitério - Principal	203.577,66		
1.1.2.2.01.5.2.00	Taxa de Cemitério - Multas e Juros de Mora	1.212,86		
1.1.2.2.01.5.3.00	Taxa de Cemitério - Dívida Ativa	5.620,79		
1.1.2.2.01.5.4.00	Taxa de Cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	1.942,85		
1.2.0.0.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÕES			43.597.152,14
1.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais		26.631.043,50	

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.2.1.0.04.0.0.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	26.631.043,50		
1.2.1.0.04.1.0.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para RPPS	124.919,85		
1.2.1.0.04.1.1.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para RPPS - Principal	124.526,42		
1.2.1.0.04.1.2.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para RPPS - Multas e Juros de Mora	393,43		
1.2.1.0.04.2.0.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS	25.831.060,97		
1.2.1.0.04.2.1.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	25.830.052,14		
1.2.1.0.04.2.2.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros de Mora	1.008,83		
1.2.1.0.04.3.0.00	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS	614.460,28		
1.2.1.0.04.3.1.00	Contribuição do Servidor Inativo para o RPPS - Principal	614.460,28		
1.2.1.0.04.4.0.00	Contribuição do Pensionista para o RPPS	60.602,40		
1.2.1.0.04.4.1.00	Contribuição do Pensionista para o RPPS - Principal	60.602,40		
1.2.4.0.00.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		16.966.108,64	
1.2.4.0.00.1.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	16.966.108,64		
1.2.4.0.00.1.1.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	16.673.117,08		
1.2.4.0.00.1.2.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas e Juros de Mora	565,44		
1.2.4.0.00.1.3.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	79.851,30		
1.2.4.0.00.1.4.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas e Juros de Mora da	212.574,82		
1.3.0.0.00.0.0.00	RECEITA PATRIMONIAL			39.183.782,90
1.3.1.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		685.982,10	
1.3.1.0.01.0.0.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	685.056,36		
1.3.1.0.01.1.0.00	Aluguéis e Arrendamentos	645.059,50		
1.3.1.0.01.1.1.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	443.941,11		
1.3.1.0.01.1.2.00	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros de Mora	2.923,52		
1.3.1.0.01.1.3.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	127.013,26		
1.3.1.0.01.1.4.00	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	71.181,61		
1.3.1.0.01.2.0.00	Foros, Laudêmios e Tarefas de Ocupação	39.996,86		
1.3.1.0.01.2.1.00	Foros, Laudêmios e Tarefas de Ocupação - Principal	39.992,90		
1.3.1.0.01.2.2.00	Foros, Laudêmios e Tarefas de Ocupação - Multas e Juros de Mora	3,96		
1.3.1.0.99.0.0.00	Outras Receitas Imobiliárias	925,74		
1.3.1.0.99.1.0.00	Outras Receitas Imobiliárias	925,74		
1.3.1.0.99.1.1.00	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	883,13		
1.3.1.0.99.1.2.00	Outras Receitas Imobiliárias - Multas e Juros de Mora	42,61		
1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários		38.110.658,91	
1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias	37.960.507,77		
1.3.2.1.00.1.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	588.808,09		
1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	588.808,09		
1.3.2.1.00.2.0.00	Remuneração de Depósitos Especiais	1.178.123,26		
1.3.2.1.00.2.1.00	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1.178.123,26		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.3.2.1.00.4.0.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	36.193.576,42		
1.3.2.1.00.4.1.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	36.193.576,42		
1.3.2.2.00.0.0.00	Dividendos	150.151,14		
1.3.2.2.00.1.0.00	Dividendos	150.151,14		
1.3.2.2.00.1.1.00	Dividendos - Principal	150.151,14		
1.3.3.0.00.0.0.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença		387.141,89	
1.3.3.8.00.0.0.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte - Especificas de Estados, DF e	335.530,61		
1.3.3.8.01.0.0.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	335.530,61		
1.3.3.8.01.1.0.00	Receita de Concessão e Permissão de Táxi	3.675,16		
1.3.3.8.01.1.1.00	Receita de Concessão e Permissão de Táxi - Principal	3.629,92		
1.3.3.8.01.1.2.00	Receita de Concessão e Permissão de Táxi - Multas e Juros de Mora	45,24		
1.3.3.8.01.2.0.00	Receita de Concessão e Permissão de Moto-Táxi	2.331,57		
1.3.3.8.01.2.1.00	Receita de Concessão e Permissão de Moto-Táxi - Principal	2.331,57		
1.3.3.8.01.3.0.00	Receita de Terminais Rodoviários	33.381,00		
1.3.3.8.01.3.1.00	Receita de Terminais Rodoviários - Principal	33.381,00		
1.3.3.8.01.4.0.00	Receita do Terminal Urbano	41.558,87		
1.3.3.8.01.4.1.00	Receita do Terminal Urbano - Principal	41.558,87		
1.3.3.8.01.5.0.00	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipais	177.354,26		
1.3.3.8.01.5.1.00	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipais - Principal	177.309,98		
1.3.3.8.01.5.2.00	Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipais - Multas e	44,28		
1.3.3.8.01.6.0.00	Receita de Outorga de Estacionário Rotativo	77.229,75		
1.3.3.8.01.6.1.00	Receita de Outorga de Estacionário Rotativo - Principal	77.229,75		
1.3.3.9.00.0.0.00	Outras Delegações de Serviços Públicos	51.611,28		
1.3.3.9.99.0.0.00	Outras Delegações de Serviços Públicos	51.611,28		
1.3.3.9.99.1.0.00	Outras Delegações de Serviços Públicos	51.611,28		
1.3.3.9.99.1.1.00	Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal	51.611,28		
1.5.0.0.00.0.0.00	RECEITA INDUSTRIAL			2.000.259,57
1.5.0.0.00.1.0.00	Receita Industrial	2.000.259,57		
1.5.0.0.00.1.1.00	Receita Industrial - Principal	2.000.259,57		
1.6.0.0.00.0.0.00	RECEITA DE SERVIÇOS			10.683.407,10
1.6.1.0.00.0.0.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		10.280.856,66	
1.6.1.0.03.0.0.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	260.483,20		
1.6.1.0.03.1.0.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	260.483,20		
1.6.1.0.03.1.1.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	258.617,64		
1.6.1.0.03.1.2.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	1.865,56		
1.6.1.8.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Específicos de Estados, DF e Municípios	10.020.373,46		
1.6.1.8.00.1.0.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduo Sólidos	9.973.658,57		
1.6.1.8.00.1.1.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduo Sólidos -	6.933.893,44		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.6.1.8.00.1.2.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduo Sólidos - Multas	32.229,23		
1.6.1.8.00.1.3.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduo Sólidos - Dívida	1.716.982,29		
1.6.1.8.00.1.4.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduo Sólidos - Multas	1.290.553,61		
1.6.1.8.01.0.0.00	Serviços e Água e Esgoto	8.240,66		
1.6.1.8.01.1.0.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de água	8.240,66		
1.6.1.8.01.1.1.00	Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de água - Principal	8.240,66		
1.6.1.8.03.0.0.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	38.474,23		
1.6.1.8.03.2.0.00	Serviços de Vistoria de Veículos	38.474,23		
1.6.1.8.03.2.1.00	Serviços de Vistoria de Veículos - Principal	38.099,78		
1.6.1.8.03.2.2.00	Serviços de Vistoria de Veículos - Multas e Juros de Mora	374,45		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços		402.550,44	
1.6.9.0.99.0.0.00	Outros Serviços	402.550,44		
1.6.9.0.99.1.0.00	Outros Serviços	402.550,44		
1.6.9.0.99.1.1.00	Outros Serviços - Principal	399.871,73		
1.6.9.0.99.1.2.00	Outros Serviços - Multas e Juros de Mora	2.016,04		
1.6.9.0.99.1.3.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	427,66		
1.6.9.0.99.1.4.00	Outros Serviços - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	235,01		
1.7.0.0.00.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			798.525.331,26
1.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		498.651.911,04	
1.7.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Especificas de Estados, DF e Municípios	498.651.911,04		
1.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União	328.764.765,63		
1.7.1.8.01.2.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	301.485.426,09		
1.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	301.485.426,09		
1.7.1.8.01.3.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de	13.566.955,41		
1.7.1.8.01.3.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de	13.566.955,41		
1.7.1.8.01.4.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	13.595.880,43		
1.7.1.8.01.4.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho -	13.595.880,43		
1.7.1.8.01.5.0.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	116.503,70		
1.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	116.503,70		
1.7.1.8.02.0.0.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	4.980.297,52		
1.7.1.8.02.2.0.00	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	44.816,33		
1.7.1.8.02.2.1.00	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	44.816,33		
1.7.1.8.02.6.0.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.935.481,19		
1.7.1.8.02.6.1.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	4.935.481,19		
1.7.1.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	56.840.530,58		
1.7.1.8.03.2.0.00	SUS UNIÃO - Atenção Básica	32.001.337,21		
1.7.1.8.03.2.1.00	SUS UNIÃO - Atenção Básica - Principal	32.001.337,21		
1.7.1.8.03.3.0.00	SUS UNIÃO - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.890.687,04		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.7.1.8.03.3.1.00	SUS UNIÃO - Assistência Hospitalar e Ambulatorial - principal	1.890.687,04		
1.7.1.8.03.4.0.00	SUS UNIÃO - Suporte Profilático e Ambulatorial	2.463.128,04		
1.7.1.8.03.4.1.00	SUS UNIÃO - Suporte Profilático e Ambulatorial - Principal	2.463.128,04		
1.7.1.8.03.5.0.00	SUS UNIÃO - Vigilância Sanitária	275.282,47		
1.7.1.8.03.5.1.00	SUS UNIÃO - Vigilância Sanitária - Principal	275.282,47		
1.7.1.8.03.6.0.00	SUS UNIÃO - Vigilância Epidemiológica	6.462.280,02		
1.7.1.8.03.6.1.00	SUS UNIÃO - Vigilância Epidemiológica - Principal	6.462.280,02		
1.7.1.8.03.8.0.00	SUS UNIÃO - Investimento	1.188.004,00		
1.7.1.8.03.8.1.00	SUS UNIÃO - Investimento - Principal	1.188.004,00		
1.7.1.8.03.9.0.00	Transfêrencia de recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transfêrencias	12.559.811,80		
1.7.1.8.03.9.1.00	Transfêrencia de recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transfênrecias	12.559.811,80		
1.7.1.8.04.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	5.490.614,42		
1.7.1.8.04.2.0.00	Bloco de Proteção Social Básica - FNAS	2.021.536,36		
1.7.1.8.04.2.1.00	Bloco de Proteção Social Básica - FNAS - Principal	2.021.536,36		
1.7.1.8.04.3.0.00	Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade - FNAS	1.028.235,25		
1.7.1.8.04.3.1.00	Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade - FNAS - Principal	1.028.235,25		
1.7.1.8.04.4.0.00	Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FNAS	629.470,91		
1.7.1.8.04.4.1.00	Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FNAS - Principal	629.470,91		
1.7.1.8.04.5.0.00	Bloco da Gestão - FNAS	1.113.234,94		
1.7.1.8.04.5.1.00	Bloco da Gestão - FNAS - Principal	1.113.234,94		
1.7.1.8.04.6.0.00	Programa e Projetos - FNAS	698.136,96		
1.7.1.8.04.6.1.00	Programa e Projetos - FNAS - Principal	698.136,96		
1.7.1.8.05.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	5.204.422,10		
1.7.1.8.05.1.0.00	Transferências do Salário-Educação	1.484.432,23		
1.7.1.8.05.1.1.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	1.484.432,23		
1.7.1.8.05.2.0.00	Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escolar - PDDE	420,00		
1.7.1.8.05.2.1.00	Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escolar - PDDE -	420,00		
1.7.1.8.05.3.0.00	Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar -	3.057.383,02		
1.7.1.8.05.3.1.00	Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar -	3.057.383,02		
1.7.1.8.05.4.0.00	Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	191.657,82		
1.7.1.8.05.4.1.00	Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	191.657,82		
1.7.1.8.05.9.0.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	470.529,03		
1.7.1.8.05.9.1.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	470.529,03		
1.7.1.8.08.0.0.00	Transferência Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	2.180.000,00		
1.7.1.8.08.1.0.00	Transferência Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	2.180.000,00		
1.7.1.8.08.1.1.00	Transferência Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal	2.180.000,00		
1.7.1.8.12.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.160.700,00		
1.7.1.8.12.1.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.160.700,00		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.7.1.8.12.1.1.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	1.160.700,00		
1.7.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União	94.030.580,79		
1.7.1.8.99.1.0.00	Outras Transferências da União	94.030.580,79		
1.7.1.8.99.1.1.00	Outras Transferências da União - Principal	94.030.580,79		
1.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		194.494.624,83	
1.7.2.8.00.0.0.00	Transferências dos Estados - Especificas de Estados, DF e Municípios	194.494.624,83		
1.7.2.8.01.0.0.00	Participação na Receita dos Estados	181.189.627,10		
1.7.2.8.01.1.0.00	Cota-Parte do ICMS	154.603.680,99		
1.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	154.603.680,99		
1.7.2.8.01.2.0.00	Cota-Parte do IPVA	26.101.860,20		
1.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	26.101.860,20		
1.7.2.8.01.3.0.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	92.381,62		
1.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	92.381,62		
1.7.2.8.01.4.0.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	391.704,29		
1.7.2.8.01.4.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	391.704,29		
1.7.2.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	236.681,46		
1.7.2.8.03.1.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	236.681,46		
1.7.2.8.03.1.1.00	Transferência de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo -	236.681,46		
1.7.2.8.07.0.0.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	220.037,85		
1.7.2.8.07.1.0.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	220.037,85		
1.7.2.8.07.1.1.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	220.037,85		
1.7.2.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.737.570,01		
1.7.2.8.10.9.0.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	10.737.570,01		
1.7.2.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados - Principal	10.737.570,01		
1.7.2.8.99.0.0.00	Outras Transferências dos Estados	2.110.708,41		
1.7.2.8.99.1.0.00	Outras Transferências dos Estados	2.110.708,41		
1.7.2.8.99.1.1.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	2.110.708,41		
1.7.5.0.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		105.055.457,14	
1.7.5.8.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especificas de Estados, DF e Municípios	105.055.457,14		
1.7.5.8.01.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	105.055.457,14		
1.7.5.8.01.1.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	105.055.457,14		
1.7.5.8.01.1.1.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	105.055.457,14		
1.7.6.0.00.0.0.00	Transferências do Exterior		323.338,25	
1.7.6.0.00.1.0.00	Transferências do Exterior	323.338,25		
1.7.6.0.00.1.1.00	Transferências do Exterior - Principal	323.338,25		
1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes			2.440.645,37
1.9.1.0.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		784.538,71	
1.9.1.0.01.0.0.00	Multas Previstas em Legislação Especifica	2.420,77		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.9.1.0.01.2.0.00	Multas Previstas em Legislação de Trânsito	2.420,77		
1.9.1.0.01.2.2.00	Multas Previstas em Legislação de Trânsito - Multas e Juros de Mora	2.420,77		
1.9.1.0.06.0.0.00	Multas por Danos Ambientais	29.033,71		
1.9.1.0.06.1.0.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais	29.033,71		
1.9.1.0.06.1.1.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	20.060,05		
1.9.1.0.06.1.2.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Multas e Juros de Mora	35,32		
1.9.1.0.06.1.3.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Dívida Ativa	5.190,84		
1.9.1.0.06.1.4.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Multas e Juro de Mora da Dívida Ativa	3.747,50		
1.9.1.8.00.0.0.00	Multas Prevista em Legislação Especificas para Estados, DF e Municípios	753.084,23		
1.9.1.8.01.0.0.00	Multas Prevista em Legislação Específica	753.084,23		
1.9.1.8.01.2.0.00	Multas Prevista em Legislação de Transito	753.084,23		
1.9.1.8.01.2.1.00	Multas Prevista em Legislação de Transito - Principal	753.084,23		
1.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		512.298,97	
1.9.2.1.00.0.0.00	Indenizações	1.391,04		
1.9.2.1.99.0.0.00	Outras Indenizações	1.391,04		
1.9.2.1.99.1.0.00	Outras Indenizações	1.391,04		
1.9.2.1.99.1.1.00	Outras Indenizações - Principal	1.391,04		
1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições	510.907,93		
1.9.2.2.03.0.0.00	Restituição de Beneficios Previdenciários	86.530,82		
1.9.2.2.03.1.0.00	Restituição de Beneficios Previdenciários	86.530,82		
1.9.2.2.03.1.1.00	Restituição de Beneficios Previdenciários - Principal	86.530,82		
1.9.2.2.06.0.0.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	71.334,70		
1.9.2.2.06.1.0.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	71.334,70		
1.9.2.2.06.1.1.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	71.231,69		
1.9.2.2.06.1.2.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Multas e Juros de Mora	103,01		
1.9.2.2.99.0.0.00	Outras Restituições	353.042,41		
1.9.2.2.99.1.0.00	Outras Restituições	353.042,41		
1.9.2.2.99.1.1.00	Outras Restituições - Principal	353.042,41		
1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes		1.143.807,69	
1.9.9.0.03.0.0.00	Compensação Financeira entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos	88.021,35		
1.9.9.0.03.1.0.00	Compensação Financeira entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos	88.021,35		
1.9.9.0.03.1.1.00	Compensação Financeira entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos	88.021,35		
1.9.9.0.12.0.0.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	85.625,03		
1.9.9.0.12.2.0.00	Ônus de Sucumbência	85.625,03		
1.9.9.0.12.2.1.00	Ônus de Sucumbência - Principal	85.625,03		
1.9.9.0.99.0.0.00	Outras Receitas	970.161,31		
1.9.9.0.99.1.0.00	Outras Receitas - Primárias	970.161,31		
1.9.9.0.99.1.1.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	821.922,23		

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
1.9.9.0.99.1.2.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros de Mora	12.570,81		
1.9.9.0.99.1.3.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	31.553,54		
1.9.9.0.99.1.4.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	104.114,73		
2.0.0.0.00.0.0.00	RECEITAS DE CAPITAL			44.605.470,17
2.1.0.0.00.0.0.00	Operações de Crédito			25.959.758,28
2.1.1.0.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		25.959.758,28	
2.1.1.2.00.0.0.00	Operações de Crédito Contratual - Mercado Interno	25.959.758,28		
2.1.1.2.00.1.0.00	Operações de Crédito Contratual - Mercado Interno	25.959.758,28		
2.1.1.2.00.1.1.00	Operações de Crédito Contratual - Mercado Interno - Principal	25.959.758,28		
2.4.0.0.00.0.0.00	Transferências de Capital			18.645.711,89
2.4.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		17.071.924,86	
2.4.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Especificas de Estados, DF e Municípios	17.071.924,86		
2.4.1.8.08.0.0.00	Transferência Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	302.520,00		
2.4.1.8.08.1.0.00	Transferência Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	302.520,00		
2.4.1.8.08.1.1.00	Transferência Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal	302.520,00		
2.4.1.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	16.769.404,86		
2.4.1.8.10.9.0.00	Outras Transferências de Convênios da União	16.769.404,86		
2.4.1.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	16.769.404,86		
2.4.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.573.787,03	
2.4.2.8.00.0.0.00	Transferências de Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	1.573.787,03		
2.4.2.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.573.787,03		
2.4.2.8.10.9.0.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.573.787,03		
2.4.2.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	1.573.787,03		
7.0.0.0.00.0.0.00	RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIA			112.166.791,37
7.2.0.0.00.0.0.00	Intra-Orçamentária - Contribuições			54.126.307,87
7.2.1.0.00.0.0.00	Intra-Orçamentária - Contribuições Social		54.126.307,87	
7.2.1.0.04.0.0.00	Intra-Orçamentária - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	38.544.478,14		
7.2.1.0.04.1.0.00	Intra-Orçamentária - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para RPPS	38.544.478,14		
7.2.1.0.04.1.1.00	Intra-Orçamentária - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para RPPS - Principal	38.543.593,52		
7.2.1.0.04.1.2.00	Intra-Orçamentária - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para RPPS - Multas e	884,62		
7.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	15.581.829,73		
7.2.1.8.01.0.0.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de	15.581.829,73		
7.2.1.8.01.1.0.00	Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial	15.581.829,73		
7.2.1.8.01.1.1.00	Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial - Principal	15.581.572,66		
7.2.1.8.01.1.2.00	Contribuições Previdenciárias para Amortização do Déficit Atuarial - Multas e Juros de Mora	257,07		
7.5.0.0.00.0.0.00	RECEITA INDUSTRIAL			58.040.483,50
7.5.0.0.00.1.0.00	Receita Industrial	58.040.483,50		
7.5.0.0.00.1.1.00	Receita Industrial - Principal	58.040.483,50		

Receita Segundo as Categorias Econômicas

Código	Especificação	Desdobramento	Espécie	Cat. Econômica
9.0.0.0.00.0.0.00	DEDUÇÃO DA RECEITA			-96.479.968,75
9.7.0.0.00.0.0.00	DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			-96.479.968,75
9.7.1.0.00.0.0.00	Dedução da Receita - Transferências da União e de suas Entidades		-60.320.385,47	
9.7.1.8.00.0.0.00	Dedução da Receita - Transferências da União - Especificas de Estados, DF e Municípios	-60.320.385,47		
9.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União	-60.320.385,47		
9.7.1.8.01.2.0.00	Dedução da Receita do FPM	-60.297.084,90		
9.7.1.8.01.2.1.00	Dedução da Receita do FPM - Principal	-60.297.084,90		
9.7.1.8.01.5.0.00	Dedução da Receita do ITR	-23.300,57		
9.7.1.8.01.5.1.00	Dedução da Receita do ITR - Principal	-23.300,57		
9.7.2.0.00.0.0.00	Dedução da Receita - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		-36.159.583,28	
9.7.2.8.00.0.0.00	Dedução da Receita - Transferências dos Estados - Especificas de Estados, DF e Municípios	-36.159.583,28		
9.7.2.8.01.0.0.00	Dedução da Receita - Participação na Receita dos Estados	-36.159.583,28		
9.7.2.8.01.1.0.00	Dedução da Receita - Cota-Parte do ICMS	-30.920.736,02		
9.7.2.8.01.1.1.00	Dedução da Receita - Cota-Parte do ICMS - Principal	-30.920.736,02		
9.7.2.8.01.2.0.00	Dedução da Receita - Cota-Parte do IPVA	-5.220.371,04		
9.7.2.8.01.2.1.00	Dedução da Receita - Cota-Parte do IPVA - Principal	-5.220.371,04		
9.7.2.8.01.3.0.00	Dedução da Receita - Cota-Parte do IPI - Municípios	-18.476,22		
9.7.2.8.01.3.1.00	Dedução da Receita - Cota-Parte do IPI - Municípios	-18.476,22		
			Total	1.111.412.413,59

Município de Rio Branco - AC

01/02/2021 15:59:01

Referente ao Exercício de 2020

Balanço Orçamentário

Anexo 12, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014

R$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	950.354.666,00	1.046.733.723,79	1.259.766.880,92	213.033.157,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	151.960.642,00	159.960.642,00	154.689.542,46	-5.271.099,54
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	86.527.814,00	89.287.814,00	97.723.460,01	8.435.646,01
RECEITA PATRIMONIAL	37.590.033,00	37.590.033,00	39.183.782,90	1.593.749,90
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	51.902.942,00	74.804.391,00	60.040.743,07	-14.763.647,93
RECEITA DE SERVIÇOS	8.858.758,00	8.858.758,00	10.683.407,10	1.824.649,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	609.088.660,00	671.806.268,79	895.005.300,01	223.199.031,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.425.817,00	4.425.817,00	2.440.645,37	-1.985.171,63
RECEITAS DE CAPITAL (II)	79.797.615,00	81.371.402,04	44.605.470,17	-36.765.931,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	37.828.875,00	37.828.875,00	25.959.758,28	-11.869.116,72
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	41.968.740,00	43.542.527,04	18.645.711,89	-24.896.815,15
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	1.030.152.281,00	1.128.105.125,83	1.304.372.351,09	176.267.225,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	1.030.152.281,00	1.128.105.125,83	1.304.372.351,09	176.267.225,26
DÉFICIT (VII)	0,00	97.824.602,32	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	1.030.152.281,00	1.225.929.728,15	1.304.372.351,09	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	97.824.602,32	97.824.602,32	-
Superávit Financeiro	-	97.824.602,32	97.824.602,32	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	869.907.628,00	1.015.738.671,03	891.921.985,46	868.003.263,67	867.056.307,28	123.816.685,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.069.047,00	523.734.296,29	467.828.709,99	467.485.055,69	467.481.019,30	55.905.586,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18.669.270,00	6.486.905,26	6.450.139,08	6.450.139,08	6.450.139,08	36.766,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	348.169.311,00	485.517.469,48	417.643.136,39	394.068.068,90	393.125.148,90	67.874.333,09
DESPESAS DE CAPITAL (X)	111.979.900,00	163.232.627,85	101.725.868,93	81.844.529,14	81.832.295,70	61.506.758,92
INVESTIMENTOS	91.054.106,00	152.779.952,48	92.019.077,82	72.137.738,03	72.125.504,59	60.760.874,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	767.100,00	767.000,00	102.360,76	102.360,76	102.360,76	664.639,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.158.694,00	9.685.675,37	9.604.430,35	9.604.430,35	9.604.430,35	81.245,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	1.261.903,00	555.579,27	0,00	0,00	0,00	555.579,27
RESERVA DO RPPS (XII)	47.002.850,00	46.402.850,00	0,00	0,00	0,00	46.402.850,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.030.152.281,00	1.225.929.728,15	993.647.854,39	949.847.792,81	948.888.602,98	232.281.873,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	1.030.152.281,00	1.225.929.728,15	993.647.854,39	949.847.792,81	948.888.602,98	232.281.873,76
SUPERÁVIT (XVI)	0,00	0,00	310.724.496,70	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	1.030.152.281,00	1.225.929.728,15	1.304.372.351,09	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	21.083.880,96	18.880.351,06	18.880.351,06	2.203.529,90	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	3.450.170,02	3.166.401,55	3.166.401,55	283.768,47	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	17.633.710,94	15.713.949,51	15.713.949,51	1.919.761,43	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	13.509.587,02	10.823.989,46	10.823.989,46	2.685.597,56	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	13.509.587,02	10.823.989,46	10.823.989,46	2.685.597,56	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	34.593.467,98	29.704.340,52	29.704.340,52	4.889.127,46	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.242.055,15	2.238.440,47	3.614,68	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	464.057,96	464.057,96	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.777.997,19	1.774.382,51	3.614,68	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	180.856,51	180.856,51	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	180.856,51	180.856,51	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.422.911,66	2.419.296,98	3.614,68	0,00

Município de Rio Branco - AC

23/04/2021 09:40:07

Referente ao Exercício de 2020

Balanço Financeiro

Anexo 13, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014

R$ 1,00

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	1.111.412.413,59	1.038.804.953,24
Ordinária	735.057.107,56	657.747.000,69
Recursos Próprios	671.050.288,89	602.634.523,06
Recursos Próprios da Unidade	64.006.818,67	55.112.477,63
Vinculada	376.355.306,03	381.057.952,55
Fundeb	105.079.905,87	102.630.398,11
Convênio União	17.229.992,47	9.685.960,20
Convênio Estado	12.318.949,18	14.053.815,56
Operação de Crédito Interno	25.992.512,76	25.664.481,29
RPPS	117.276.034,11	132.664.508,21
SUS União	59.459.532,94	48.421.720,26
SUS Estado	236.979,63	714.207,39
Transferências do FNDE	5.643.321,31	7.758.499,45
Transferências do FNAS	6.657.097,70	5.447.002,80
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	396.316,04	472.922,53
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	16.655.329,28	16.731.825,74
Alienação de Bens	592,89	399.922,69
Transferências Vinculadas - União	9.408.741,85	16.412.688,32
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.007.707.452,27	1.819.548.637,93
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.997.592.868,34	1.804.388.187,24
Cota	559.912.116,12	606.479.787,45
Repasse	268.249.106,65	138.117.475,93
Sub-repasse	5.774.565,93	4.994.744,78
Recursos Arrecadados	0,00	0,00
Demais Transferências Financeiras	1.163.657.079,64	1.054.796.179,08
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	7.082.983,93	11.887.284,69
Demais Transferências Financeiras	7.082.983,93	11.887.284,69
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	3.031.600,00	3.273.166,00
Repasse Previdenciário Plano Financeiro	3.031.600,00	3.273.166,00
Repasse Previdenciário Plano Previdenciário	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários (III)	176.854.850,10	159.170.572,24
Restos a Pagar	44.759.251,41	37.016.379,64
Restos a Pagar Processados	959.189,83	2.422.911,66
Restos a Pagar não Processados	43.800.061,58	34.593.467,98
Depósitos	132.086.492,41	122.151.459,28
Depósitos - Consignações	131.183.143,95	121.240.708,24
Depósitos garantias	0,00	0,00

Balanço Financeiro

Anexo 13, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014

R$ 1,00

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Depósitos não Judiciais	714.105,83	910.563,34
Depósitos diversos	189.242,63	187,70
Outros Valores	9.106,28	2.733,32
Restos a Pagar	0,00	2.733,32
Ajustes Financeiros	9.106,28	0,00
Demais Valores	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	664.744.356,25	528.132.674,19
Recurso do Tesouro	64.259.837,83	35.175.689,33
Recurso da Unidade	2.960.301,13	2.248.648,49
Convênio e Congênere	16.013.098,92	23.166.843,08
Operação de Crédito	29.121.255,47	34.444.076,91
Recurso Vinculado	552.389.862,90	433.097.416,38
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	3.960.719.072,21	3.545.656.837,60

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	993.647.854,39	905.959.242,63
Ordinária	663.398.652,67	620.618.881,08
Recursos Próprios	603.205.499,81	564.827.403,66
Recursos Próprios da Unidade	60.193.152,86	55.791.477,42
Vinculada	330.249.201,72	285.340.361,55
Fundeb	102.288.030,70	103.549.927,28
Convênio União	15.141.125,83	21.784.316,71
Convênio Estado	15.309.993,21	11.666.515,17
Operação de Crédito Interno	49.572.639,26	36.136.307,05
RPPS	45.317.302,34	41.083.583,40
SUS União	53.548.375,72	39.248.588,56
SUS Estado	0,00	723.306,16
Transferências do FNDE	3.624.297,71	7.801.194,81
Transferências do FNAS	6.241.464,96	5.583.574,75
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	452.692,61	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	16.522.543,84	17.763.047,66
Transferências Vinculadas - União	22.230.735,54	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	2.007.707.452,27	1.819.548.637,93
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.997.592.868,34	1.804.388.187,24
Cota	559.912.116,12	606.479.787,45
Repasse	268.249.106,65	138.117.475,93

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Sub-repasse	5.774.565,93	4.994.744,78
Recursos arrecadados	0,00	0,00
Demais transferências financeiras	1.163.657.079,64	1.054.796.179,08
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	7.082.983,93	11.887.284,69
Demais Transferências Financeiras	7.082.983,93	11.887.284,69
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	3.031.600,00	3.273.166,00
Repasse Previdenciário Plano Financeiro	3.031.600,00	3.273.166,00
Repasse Previdenciário Plano Previdenciário	0,00	0,00
Pagamentos Extra-Orçamentários (VIII)	162.985.273,05	155.116.489,49
Restos a Pagar	32.123.637,50	32.733.899,17
Restos a Pagar Processados	2.419.296,98	3.895.304,74
Restos a Pagar não Processados	29.704.340,52	28.838.594,43
Depósitos	130.861.635,55	122.379.857,00
Depósitos - Consignações	130.023.965,34	121.616.293,62
Depósitos Garantias	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Depósitos não Judiciais	648.893,77	762.512,40
Depósitos Diversos	188.776,44	1.050,98
Outros Valores	0,00	2.733,32
Restos a Pagar	0,00	2.733,32
Ajustes Financeiros	0,00	0,00
Demais Valores	0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	796.358.017,84	664.744.356,25
Recurso do Tesouro	141.562.296,55	64.259.837,83
Recurso da Unidade	5.605.983,14	2.960.301,13
Convênio e Congênere	19.012.398,26	16.013.098,92
Operação de Crédito	1.882.995,15	29.121.255,47
Recurso Vinculado	628.294.344,74	552.389.862,90
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	3.960.698.597,55	3.545.368.726,30

Município de Rio Branco - AC

01/02/2021 16:11:59

Referente ao Exercício de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Anexo 14, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014

R$ 1,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
Ativo Circulante	796.358.017,84	664.744.356,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	597.165.090,81	553.187.872,78
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	191.383,12	440.475,72
Créditos de Clientes a Receber	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	523.826.290,51	488.029.396,11
Divida Ativa Tributaria	72.848.087,77	64.137.395,77
Divida Ativa não Tributaria	299.329,41	580.605,18
Demais Créditos e Valores	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	14.474.669,56	14.354.667,52
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	1.407.997.778,21	1.232.286.896,55
Total do Ativo Circulante		
Ativo Não Circulante	84.619.745,14	84.627.985,80
Realizável a Longo Prazo	84.619.745,14	84.627.985,80
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	37.081,44	37.081,44
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	37.081,44	37.081,44
Demais Investimentos Permanentes	693.487.983,15	672.944.259,01
Imobilizado	111.370.003,13	101.104.745,48
Bens Móveis	-49.158.810,31	-37.248.217,52
(-) Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução de Bens Móveis	631.522.013,89	609.318.980,73
Bens Imóveis	-245.223,56	-231.249,68
(-) Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução de Bens Imóveis	49.283,18	59.470,96
Intangível	70.951,00	70.951,00
Softwares	-21.667,82	-11.480,04
(-) Amortização de Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóveis	778.194.092,91	757.668.797,21
Total do Ativo não Circulante	2.186.191.871,12	1.989.955.693,76
TOTAL DO ATIVO		
PASSIVO		

BALANÇO PATRIMONIAL

Anexo 14, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014
R$ 1,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	698.617,82	1.819.945,37
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	21.887.984,30	16.650.789,56
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	922.747,15	1.852.935,93
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	294.159,27	1.269.043,68
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.650.461,98	1.657.661,89
Total do Passivo Circulante	25.453.970,52	23.250.376,43
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	54.920.536,54	57.215.097,64
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	133.251.395,30	142.456.372,89
Fornecedores a Longo Prazo	6.243.036,26	6.126.789,05
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	8.755.922,14	9.355.308,01
Provisões a Longo Prazo	597.962.046,25	390.749.361,95
Demais Obrigações a Longo Prazo	6.818.299,95	6.042.445,95
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo não Circulante	807.951.236,44	611.945.375,49
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	527.600,00	527.600,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	437,96	437,96
Resultados Acumulados	1.352.258.626,20	1.354.231.903,88
Resultado do Exercício	-2.196.066,04	130.901.461,19
Resultados de Exercícios Anteriores	1.354.231.903,88	1.222.850.905,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	222.788,36	479.537,24
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	1.352.786.664,16	1.354.759.941,84
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.186.191.871,12	1.989.955.693,76

Município de Rio Branco - AC

01/02/2021 16:11:59
Referente ao Exercício de 2020

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Anexo 14, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014
R$ 1,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo		
Ativo Financeiro	796.358.017,84	664.744.356,25
Ativo Permanente	1.389.833.853,28	1.325.211.337,51
Total do Ativo (I)	2.186.191.871,12	1.989.955.693,76
Passivo		
Passivo Financeiro	46.377.363,39	37.409.634,76
Passivo Permanente	830.827.905,15	632.344.771,52
Total do Passivo (II)	877.205.268,54	669.754.406,28
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	1.308.986.602,58	1.320.201.287,48

Município de Rio Branco - AC

01/02/2021 16:11:59
Referente ao Exercício de 2020

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Anexo 14, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014
R$ 1,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Anexo 14, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 700/2014

R$ 1,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fonte de Recurso		
01 - Recursos próprios do tesouro	115.144.744,25	48.791.975,73
10 - Recursos próprios da unidade	3.292.950,39	-852.581,61
04 - Fundeb	3.155.795,44	296.392,82
06 - Convênio União	10.357.368,54	5.791.100,52
07 - Convênio Estado	815.979,42	3.794.130,96
08 - Operação de Crédito Interno	-71.153,27	23.458.156,17
11 - RPPS	571.779.671,61	496.787.953,33
14 - SUS União	34.661.997,44	28.511.306,71
15 - SUS Estado	242.693,58	5.702,55
16 - Transferências do FNDE	4.491.290,11	2.472.266,51
17 - Transferências do FNAS	1.385.588,77	811.178,52
18 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	744.819,82	805.113,41
19 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	146.327,18	13.541,74
20 - Alienação de Bens	400.515,58	399.922,69
24 - Transferências Vinculadas - União	1.848.046,40	16.248.561,44
26 - Auxílio Financeiro da União	1.546.305,46	0,00
27 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	37.713,73	0,00
Total de Fonte de Recurso	749.980.654,45	627.334.721,49

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	186.198.074,47	177.617.146,06
Impostos	185.371.800,68	173.545.543,51
Taxas	826.273,79	4.071.602,55
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	97.427.924,50	89.379.691,70
Contribuições Sociais	80.754.807,42	72.653.225,20
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	16.673.117,08	16.726.466,50
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	78.848.664,32	74.030.957,35
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	78.848.664,32	74.030.957,35
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	43.875.568,71	70.079.604,92
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	5.915.060,94	7.205.995,44
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	37.960.507,77	62.873.609,48
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	2.729.567.652,36	2.991.019.405,14
Transferências Intragovernamentais	2.008.876.577,96	2.351.455.444,01
Transferências Intergovernamentais	615.312.279,01	536.623.781,92
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	105.055.457,14	102.508.363,98
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	323.338,25	431.815,23
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	42.783.809,19	30.842.996,26
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	20.023,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.229.977,69	7.910.437,25
Desincorporação de Passivos	33.553.831,50	22.912.536,01
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	92.973.809,21	273.084.675,94
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	150.151,14	235.800,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	90.760.918,15	256.855.798,85
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.062.739,92	15.993.077,09
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.271.675.502,76	3.706.054.477,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	429.358.222,20	412.416.534,66
Remuneração a Pessoal	346.720.860,82	334.369.962,90
Encargos Patronais	72.167.333,75	69.610.119,31
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.470.027,63	8.436.452,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.863.093,13	39.041.522,45
Aposentadorias e Reformas	38.851.741,04	35.356.829,66
Pensões	3.960.770,88	3.648.399,29
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Publicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.581,21	36.293,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	424.329.155,63	344.911.850,69
Uso de Material de Consumo	73.004.988,34	70.776.008,95
Serviços	339.356.395,73	260.469.504,86
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.967.771,56	13.666.336,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13.365.001,48	14.388.875,65
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	6.450.139,08	12.460.509,52
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	225.469,24	1.070.202,70
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	6.689.393,16	858.163,43
Transferências e Delegações Concedidas	2.019.499.884,85	2.368.922.571,59
Transferências Intragovernamentais	2.008.876.577,96	2.351.455.444,01
Transferências Intergovernamentais	1.384.269,13	898.463,36

Demonstração das Variações Patrimoniais

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências a Instituições Privadas	9.239.037,76	16.568.664,22
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	183.214,09	16.469.391,16
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	4.251.076,00
Perdas Involuntárias	183.214,09	12.218.315,16
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributarias	11.894.564,37	9.525.786,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.213.357,75	591.184,13
Contribuições	10.681.206,62	8.934.602,42
Custo das Mercadorias e Produtos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	332.378.433,05	369.476.483,43
Premiações	2.481.781,96	341.328,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	56.000,00	90.000,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	329.840.651,09	369.045.155,43
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.273.871.568,80	3.575.153.016,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	-2.196.066,04	130.901.461,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	186.198.074,47	177.617.146,06
Impostos	185.371.800,68	173.545.543,51
Taxas	826.273,79	4.071.602,55
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	97.427.924,50	89.379.691,70

Demonstração das Variações Patrimoniais

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições Sociais	80.754.807,42	72.653.225,20
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	16.673.117,08	16.726.466,50
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	78.848.664,32	74.030.957,35
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	78.848.664,32	74.030.957,35
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	43.875.568,71	70.079.604,92
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	5.915.060,94	7.205.995,44
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	37.960.507,77	62.873.609,48
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	2.729.567.652,36	2.991.019.405,14
Transferências Intragovernamentais	2.008.876.577,96	2.351.455.444,01
Transferências Intergovernamentais	615.312.279,01	536.623.781,92
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	105.055.457,14	102.508.363,98
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	323.338,25	431.815,23
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	42.783.809,19	30.842.996,26
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	20.023,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.229.977,69	7.910.437,25
Desincorporação de Passivos	33.553.831,50	22.912.536,01
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	92.973.809,21	273.084.675,94
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	150.151,14	235.800,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	90.760.918,15	256.855.798,85
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.062.739,92	15.993.077,09
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.271.675.502,76	3.706.054.477,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	429.358.222,20	412.416.534,66
Remuneração a Pessoal	346.720.860,82	334.369.962,90
Encargos Patronais	72.167.333,75	69.610.119,31
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.470.027,63	8.436.452,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.863.093,13	39.041.522,45
Aposentadorias e Reformas	38.851.741,04	35.356.829,66
Pensões	3.960.770,88	3.648.399,29
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Publicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.581,21	36.293,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	424.329.155,63	344.911.850,69
Uso de Material de Consumo	73.004.988,34	70.776.008,95
Serviços	339.356.395,73	260.469.504,86
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.967.771,56	13.666.336,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13.365.001,48	14.388.875,65
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	6.450.139,08	12.460.509,52
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	225.469,24	1.070.202,70
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	6.689.393,16	858.163,43
Transferências e Delegações Concedidas	2.019.499.884,85	2.368.922.571,59
Transferências Intragovernamentais	2.008.876.577,96	2.351.455.444,01
Transferências Intergovernamentais	1.384.269,13	898.463,36
Transferências a Instituições Privadas	9.239.037,76	16.568.664,22
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	183.214,09	16.469.391,16
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	4.251.076,00
Perdas Involuntárias	183.214,09	12.218.315,16
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributarias	11.894.564,37	9.525.786,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.213.357,75	591.184,13
Contribuições	10.681.206,62	8.934.602,42
Custo das Mercadorias e Produtos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	332.378.433,05	369.476.483,43
Premiações	2.481.781,96	341.328,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	56.000,00	90.000,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	329.840.651,09	369.045.155,43
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.273.871.568,80	3.575.153.016,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	-2.196.066,04	130.901.461,19

Município de Rio Branco - AC

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

07/04/2021 11:49:04
Referente ao Exercício de 2020
Anexo 16, da Lei nº 4.320/1964
R$ 1,00

Títulos	Saldo Anterior	Inscrição	Incorporação	Amortização	Desincorporação	Saldo Atual
Em Títulos						
Em Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Por Contratos						
Operações de crédito	159.107.162,45	25.959.758,28	225.469,24	6.224.769,37	23.928.241,00	155.139.379,60
Obrigações fiscais	19.632.366,18	0,00	0,00	2.221.171,98	1.034,39	17.410.159,81
Demais obrigações	7.200.934,95	775.854,00	0,00	1.158.489,00	0,00	6.818.299,95
Subtotal (II)	185.940.463,58	26.735.612,28	225.469,24	9.604.430,35	23.929.275,39	179.367.839,36
Judicial						
Precatorio	54.967.307,43	10.370.448,54	6.689.393,16	9.585.281,07	9.624.556,11	52.817.311,95
Subtotal (III)	54.967.307,43	10.370.448,54	6.689.393,16	9.585.281,07	9.624.556,11	52.817.311,95
Total (I+II+III)	240.907.771,01	37.106.060,82	6.914.862,40	19.189.711,42	33.553.831,50	232.185.151,31

Município de Rio Branco - AC

Demonstrativo da Dívida Flutuante

07/04/2021 11:52:42
Referente ao Exercício de 2020
Anexo 17, da Lei nº 4.320/1964
R$ 1,00

Títulos	Saldo Anterior	Inscrição	Incorporação	Pagamento	Baixa	Saldo Atual
Restos a Pagar						
Restos a Pagar Processados	2.422.911,66	959.189,83	0,00	2.419.296,98	3.614,68	959.189,83
Restos a Pagar não Processados	34.593.467,98	43.800.061,58	0,00	29.704.340,52	4.889.127,46	43.800.061,58
Subtotal (I)	37.016.379,64	44.759.251,41	0,00	32.123.637,50	4.892.742,14	44.759.251,41
Serviços da Dívida a Pagar						
Serviços da Dívida a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos						
Depósitos Consignações	164.459,28	131.183.143,95	0,00	130.014.859,06	2.306,28	1.330.437,89
Depósitos Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos não Judiciais	228.203,43	714.105,83	0,00	648.893,77	6.800,00	286.615,49
Depósitos Diversos	592,41	189.242,63	0,00	188.776,44	0,00	1.058,60
Depósitos Consignações	164.459,28	131.183.143,95	0,00	130.014.859,06	2.306,28	1.330.437,89
Depósitos Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos não Judiciais	228.203,43	714.105,83	0,00	648.893,77	6.800,00	286.615,49
Depósitos Diversos	592,41	189.242,63	0,00	188.776,44	0,00	1.058,60
Subtotal (III)	786.510,24	264.172.984,82	0,00	261.705.058,54	18.212,56	3.236.223,96
Débitos de Tesouraria						
Antecipação de Receita Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (I + II + III + IV)	37.802.889,88	308.932.236,23	0,00	293.828.696,04	4.910.954,70	47.995.475,37

Município de Rio Branco - AC

11/02/2021 10:10:19

Referente ao Exercício de 2020

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 0700/2014

R$ 1,00

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS		
Receitas derivadas e originárias	364.761.580,91	373.417.415,45
Transferências correntes recebidas	702.045.362,51	627.576.145,04
Outros ingressos operacionais	2.139.801.578,18	1.941.783.970,82
Intragovernamentais	2.007.707.452,27	1.819.548.637,93
Demais	132.094.125,91	122.235.332,89
DESEMBOLSOS		
Pessoal e demais despesas	870.528.094,54	788.409.725,48
Juros e encargos da dívida	6.450.139,08	12.460.509,52
Transferências concedidas	13.831.210,51	24.815.860,16
Outros desembolsos operacionais	2.138.588.089,70	1.942.300.479,84
Intragovernamentais	2.007.707.452,27	1.819.548.637,93
Demais	130.880.637,43	122.751.841,91
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	177.210.987,77	174.790.956,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
Alienação de bens	0,00	398.924,80
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Aquisição de ativo não circulante	32.682.834,78	39.815.088,22
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	47.915.531,22	24.276.276,78
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-80.598.366,00	-63.692.440,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de crédito	25.959.758,28	25.424.651,86
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	18.645.711,89	11.987.816,09
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da dívida	9.604.430,35	11.899.302,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	35.001.039,82	25.513.165,95
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I + II + III)	131.613.661,59	136.611.682,06
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	664.744.356,25	528.132.674,19
Caixa e Equivalente de caixa final	796.358.017,84	664.744.356,25

Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	154.689.542,46	150.727.765,34
Receita de Contribuições	97.723.460,01	89.686.929,54
Receita Patrimonial	1.223.275,13	3.594.276,53
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	60.040.743,07	52.220.802,65
Receita de Serviços	10.683.407,10	11.749.633,44
Remuneração das Disponibilidades	37.960.507,77	62.873.609,48
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.440.645,37	2.564.398,47
Total das Receitas Derivadas e Originárias	364.761.580,91	373.417.415,45

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	596.666.567,12	524.635.965,83
da União	438.331.525,57	357.716.909,18
de Estados e Distrito Federal	158.335.041,55	166.919.056,65
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	105.378.795,39	102.940.179,21
Total das Transferências Recebidas	702.045.362,51	627.576.145,04
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	4.590.651,29	8.150.059,23
a União	3.157.385,93	7.194.421,90
a Estados e Distrito Federal	1.433.265,36	955.637,33
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	9.240.559,22	16.665.800,93
Total das Transferências Concedidas	13.831.210,51	24.815.860,16

Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	29.664.994,26	27.971.429,10
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	18.818.545,07	11.363.244,32
Administração	93.810.656,59	102.547.565,74
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	2.198.262,91	1.862.464,01
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	20.692.466,97	21.919.018,54
Previdência Social	45.001.547,13	41.043.551,15
Saúde	150.601.009,98	140.621.993,63
Trabalho	1.158.009,09	1.486.229,18
Educação	172.208.137,78	183.073.354,36
Cultura	6.579.375,38	3.660.164,58
Direitos da Cidadania	159.079,64	130.655,11
Urbanismo	269.455.005,80	190.772.810,86
Habitação	102.664,88	1.170,28
Saneamento	14.725.603,60	12.262.183,35
Gestão Ambiental	14.120.555,56	30.051.742,28
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	7.451.896,97	6.857.509,30
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	131.095,82	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	15.432.389,88	12.460.602,08
Desporto e Lazer	4.888,00	324.037,61
Encargos Especiais	8.211.909,23	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	870.528.094,54	788.409.725,48

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	5.278.668,14	10.415.310,53
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	1.171.470,94	2.045.198,99
Total dos Juros e Encargos da Dívida	6.450.139,08	12.460.509,52

Município de Rio Branco - AC

08/04/2021 08:39:46

Referente ao Exercício de 2020

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Anexo 19, da Lei nº 4.320/1964 - Portaria STN nº 438/2012

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Inicial Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Inicial Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00